

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 003

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 20 DE FEVEREIRO DE 2002

ANO XXVIII

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PDT

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSDB

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

*Líder do Governo ..... Durval Amaral*  
*Líder da Oposição ..... Waldyr Pugliesi*  
*PTB ..... Carlos Simões*  
*PFL ..... Plauto Miró Guimarães*  
*PSDB ..... Ademar Luiz Traiano*  
*PMDB ..... Nereu Moura*  
*PPB ..... Tony Garcia*  
*PT ..... Hermes Fonseca*  
*PDT ..... Luiz Carlos Zuk*  
*PSL ..... Luiz Carlos Martins*  
*PL ..... Pastor Edson Praczyk*  
*PPS ..... Cezar Silvestri*

## Representação Partidária

*PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 06: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.*

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 002ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
20 DE FEVEREIRO DE 2002**  
(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Nelson Garcia e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghelhere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Nelson Justus; Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Mensagens:**

MENSAGEM Nº 002/2002

Curitiba, 18 de fevereiro de 2002.

Senhor Presidente:

No uso das atribuições que me são conferidas pelos artigos 66, inciso IV e 87, inciso IV, combinados

com o artigo 53, incisos VIII e X, todos da Carta Estadual, tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que versa sobre alterações na estrutura organizacional do Poder Executivo, compreendendo extinção de Secretarias de Estado, com absorção de atividades por outras Pastas, redefinição de vinculação de entidades da administração indireta, criação e extinção de cargos em comissão e adoção de outras providências pertinentes.

A medida constante do plano de lei em referência, consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da coletividade, pois é o resultado do constante acompanhamento do desempenho da máquina administrativa, que vem revelando a necessidade de reformulação da estrutura funcional do Estado, a fim de obter-se maior eficiência no atendimento das legítimas aspirações da população paranaense, mediante execução das atribuições públicas de maneira plena e racional. A experiência obtida nesse acompanhamento tem demonstrado que as estruturas mais simples operam com bem menores custos para o Erário e atuam em contato mais direto com o cidadão. Por outro lado, vale ressaltar que as modificações propostas especificamente para remanejamento de cargos em comissão, efetivar-se-ão com economia para os cofres públicos.

São também previstos dispositivos de remanejamento da carga patrimonial, recursos orçamentários e lotação de servidores dos órgãos atingidos pela presente proposição.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º - As Secretarias de Estado, mencionadas neste artigo, ficam transformadas conforme segue:

I - a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL fica transformada em Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento Econômico - SEPD, mediante a incorporação, ao seu âmbito de atuação, das atividades relativas à articulação do Governo com o setor privado, visando promover o desenvolvimento econômico; à definição de diretrizes, ao planejamento e à implementação da política de governo na área de turismo, previstas, respectivamente, no parágrafo 1º do artigo 2º da Lei nº 11.066, de 01 de fevereiro de 1995 e inciso III do artigo 2º da Lei nº 13035, de 04 de janeiro de 2001, bem como as atividades relativas à definição de diretrizes para a política governamental na área de desenvolvimento do nível de emprego e renda, intermediação da mão-de-obra, relações do trabalho, formação sócio-política, saúde e segurança do trabalho, previstas no pará-

grafo único do artigo 4º da Lei nº 11066, de 01 de fevereiro de 1995;

II - a Secretaria de Estado da Segurança Pública - SESP fica transformada em Secretaria de Estado da Segurança, da Justiça e da Cidadania - SESJ, mediante a incorporação, ao seu âmbito de atuação, das atividades concernentes ao relacionamento administrativo com os órgãos da Justiça; à perfeita integração com o Governo Federal sobre matéria de aplicação de Justiça; à orientação e proteção ao consumidor; à promoção e à defesa dos direitos da cidadania; ao estabelecimento de diretrizes e à proposição de política estadual de prevenção, de repressão e de fiscalização do uso de entorpecentes; ao desenvolvimento de estudos e à adoção de medidas destinadas à preservação dos direitos humanos e sociais à garantia das liberdades individuais e coletivas, bem como do ordenamento social; à coordenação e ao controle da prestação de serviços de assistência judiciária gratuita aos necessitados, previstas no artigo 1º da Lei nº 9619, de 07 de junho de 1991, com alteração pela Lei nº 13035, de 04 de janeiro de 2001;

III - a Secretaria de Estado da Comunicação Social - SECS fica transformada em Agência Estadual de Comunicação Social - AGECS, subordinada diretamente ao Governador do Estado, como unidade de assessoramento integrante da Governadoria, mantidas suas atribuições e com a organização e funcionamento definidos por ato do Chefe do Poder Executivo Estadual.

Art. 2º - Em decorrência do disposto no artigo anterior, ficam extintas:

I - a Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo - SEIT, a que se refere o inciso III do artigo 2º da Lei nº 13035, de 04 de janeiro de 2001;

II - a Secretaria de Estado do Emprego e Relações - do Trabalho - SERT, a que se refere o artigo 4º da Lei nº 11066, de 01 de fevereiro de 1995;

III - a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - SEJU, criada pela Lei nº 9619, de 07 de junho de 1991.

Art. 3º - Fica extinta a Secretaria de Estado da Integração Regional - SEIR, a que se refere o inciso I do artigo 2º da Lei nº 13035, de 04 de janeiro de 2001, passando para o âmbito de atuação da Casa Civil, suas atribuições relativas à assistência e ao assessoramento ao Governador do Estado no trato de questões, providências e iniciativas do seu expediente oficial; à administração geral do palácio e das residências oficiais do Governo; ao desempenho das funções de integração da ação governamental dos diversos setores da administração pública, no âmbito regional.

Art. 4º - Em decorrência do disposto nos artigos anteriores, as entidades da administração indireta e os entes de cooperação, passam a vincular-se às Secretarias de Estado, conforme se indica:

I - a Companhia de Informática do Paraná - Celepar e o Departamento de Imprensa Oficial do Estado - DIOE, passam a vincular-se à Secretaria de Estado do Governo - SEEG;

II - a entidade autárquica Paraná Turismo, o Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná - IPEM/PR, o Centro de Convenções de Curitiba S/A, a Minerais do Paraná S/A - Mineropar, a Ambiental Paraná Florestas S/A e o serviço social autônomo Ecoparaná, passam a vincular-se à Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico - SEPD.

III - a entidade autárquica Junta Comercial do Paraná - Jucepar, passa a vincular-se à Secretaria de Estado da Segurança, da Justiça e da Cidadania - SESJ.

Parágrafo Único - A representação do Estado no Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE e no Centro do Comércio Exterior do Paraná - Cexpar, passam para coordenação da Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico - SEPD.

Art. 5º - Fica criada a Agência Estadual de Obras Públicas - AGEOP, entidade autárquica, qualificada como Agência Executiva, vinculada à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, com as finalidades e atribuições definidas no respectivo Regulamento, como resultado da fusão da Secretaria de Estado de Obras Públicas - SEOP com o Departamento Estadual de Construção, de Obras e Manutenção - Decom, regulamentados pelos Decretos nºs 641, de 06 de abril de 1995 e nº 988, de 05 de julho de 1995, respectivamente.

§ 1º - A qualificação da AGEOP como Agência Executiva implica em sua autonomia de gestão, assegurada pelo contrato de gestão, a ser celebrado com a Secretaria de Estado a que se vincula, de acordo com as medidas específicas editadas pelo Poder Executivo Estadual.

§ 2º - O governador do Estado designará grupo de trabalho para promover a apuração do patrimônio, servidores e demais ajustes administrativos decorrentes do disposto neste artigo.

Art. 6º - Ficam extintos os seguintes cargos de provimento em comissão, no âmbito do Poder Executivo Estadual:

I - na Secretaria de Estado da Integração Regional - SEIR: 01 (um) cargo de secretário de Estado; e 01 (um) cargo de chefe de gabinete do secretário, símbolo DAS- 5;

II - na Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico - SEPD: 02 (dois) cargos de chefe do Grupo de Planejamento Setorial, símbolo 1-C;

III - na Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP: 01 (um) cargo de chefe do Grupo Administrativo Setorial, símbolo 1-C; 01 (um) cargo de chefe do Grupo de Recursos Humanos Setorial, símbolo

1-C; 02 (dois) cargos de assistente técnico do Grupo Administrativo Setorial - símbolo 2-C; e 02 (dois) cargos de assistente técnico do Grupo Orçamentário e Financeiro Setorial, símbolo 2-C;

IV - na Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA: (02) dois cargos de chefe do Grupo Orçamentário e Financeiro Setorial, símbolo 1-C; e 04 (quatro) cargos de assistente técnico do Grupo Orçamentário e Financeiro Setorial, símbolo 2-C;

V - na Secretaria de Estado da Comunicação Social - SECS: 01 (um) cargo de secretário de Estado; 01 (um) cargo de diretor geral de Secretaria de Estado, símbolo DAS-1; 01 (um) cargo de chefe de gabinete de secretário de Estado, símbolo DAS-5; 01 (um) cargo de assessor, símbolo DAS-5; 01 (um) cargo de assessor, símbolo DAS-5; 01 (um) cargo de chefe da Coordenadoria de Imprensa, símbolo DAS-5; 01 (um) cargo de chefe da Coordenadoria de Divulgação e Relações Públicas, símbolo DAS-5; 01 (um) cargo de chefe da Coordenadoria de Marketing e Planejamento, símbolo DAS-5; 15 (quinze) cargos de chefes de Centro de Comunicação Social, símbolo 1-C; 04 (quatro) cargos de assessor, símbolo 1-C; 02 (dois) cargos de assistente, símbolo 2-C; e 02 (dois) cargos de oficial de gabinete - símbolo 6-C;

VI - na Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho - SERT: 01 (um) cargo de secretário de Estado; 01 (um) cargo de diretor geral símbolo DAS-1; 04 (quatro) cargos de coordenador, símbolo DAS-2; 01 (um) cargo de assessor técnico, símbolo DAS-3; 01 (um) cargo de diretor, símbolo DAS-4; e 01 (um) cargo de chefe de gabinete do secretário símbolo DAS-5;

VII - na Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo - SEIT: 01 (um) cargo de secretário de Estado; 01 (um) cargo de diretor geral, símbolo DAS-1; 03 (três) cargos de coordenador, símbolo DAS-2; e 01 (um) cargo de chefe de gabinete do secretário, símbolo DAS-5;

VIII - na Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - SEJU: 01 (um) cargo de secretário de Estado; 01 (um) cargo de diretor geral de Secretaria de Estado, símbolo DAS-1; 01 (um) cargo de chefe de gabinete de secretário de Estado, símbolo DAS-5;

IX - na Secretaria de Estado de Obras Públicas - SEOP: 01 (um) cargo de secretário de Estado; 01 (um) cargo de diretor geral, símbolo DAS-1; 04 (quatro) cargos de assessor técnico, símbolo DAS-3; 01 (um) cargo de chefe de gabinete do secretário, símbolo DAS-5; 01 (um) cargo de assessor, símbolo DAS-5; 04 (quatro) cargos de coordenador, símbolo DAS-5; 03 (três) cargos de assistente, símbolo 1-C; 05 (cinco) cargos de assistente técnico, símbolo 1-C; e 02 (dois) cargos de assistente, símbolo 5-C;

X - no Departamento Estadual de Construção de Obras e Manutenção - DECOM: 01 (um) cargo de diretor presidente, símbolo DAS-1; e 02 (dois) cargos de diretor, símbolo DAS-2.

Art. 7º - Ficam criados, no âmbito do Poder Executivo Estadual, os seguintes cargos de provimento em comissão:

I - na Assessoria do Governador: 03 (três) cargos de assessor da Governadoria, símbolo DAS-5;

II - na Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico - SEPD: 02 (dois) cargos de diretor de Departamento, símbolo DAS-1; 01 (um) cargo de assessor técnico, símbolo DAS-2; 09 (nove) cargos de gerente de programa, símbolo DAS-2; 01 (um) cargo de chefe de Núcleo, símbolo DAS-5; e 07 (sete) cargos de assistente, símbolo 15-C;

III - na Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEPA: 01 (um) cargo de chefe do Grupo Auxiliar Administrativo, símbolo 1-C;

IV - na Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA: 01 (um) cargo de chefe de Grupo Auxiliar Orçamentário e Financeiro, símbolo 1-C;

V - na Agência Estadual de Comunicação Social - AGECS: 01 (um) cargo de diretor presidente, símbolo DAS-1; 01 (um) cargo de diretor-adjunto, símbolo DAS-1; 06 (seis) cargos de assessor de comunicação social, símbolo DAS-5; 19 (dezenove) cargos de assistente de comunicação social, símbolo 1-C; 01 (um) cargo de assessor financeiro, símbolo 1-C; 02 (dois) cargos de assistente financeiro, símbolo 2-C; 02 (dois) cargos de assistente, símbolo 2-C; e 02 (dois) cargos de assistente, símbolo 6-C;

VI - na Agência Estadual de Obras Públicas - AGEOP: 01 (um) cargo de diretor superintendente, símbolo DAS-1; 03 (três) cargos de diretor, símbolo DAS-2; 03 (três) cargos de assessor técnico, símbolo DAS-3; 01 (um) cargo de chefe de gabinete, símbolo DAS-5; 10 (dez) cargos de gerente, símbolo DAS-5; e 03 (três) cargos de assistente técnico, símbolo 1-C;

VII - no Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR: 02 (dois) cargos de diretor, símbolo DAS-3;

VIII - no serviço de Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR: 02 (dois) cargos de assessor, símbolo DAS-5.

Art. 8º - Fica transformado, na Assessoria do Governador, 01 (um) cargo de chefe da Ouvidoria, símbolo DAS-5, para 01 (um) cargo de ouvidor, símbolo DAS-2.

Art. 9º - Os servidores, cargos e carga patrimonial, das Secretarias de Estado e entidades da administração indireta atingidas por esta lei, ficam à disposição do Poder Executivo para implantação dos órgãos ou entidades, ora criados ou transformados.

Art. 10 - Fica, ainda, o Poder Executivo autorizado a alterar a denominação e a proceder o remanejamento dos cargos de provimento em comissão, para implantação da estrutura organizacional dos órgãos e entidades, no âmbito do Poder Executivo Estadual.

Art. 11 - Consideram-se equivalentes as denominações anteriores das Secretarias de Estado e de seus titulares, especialmente para efeito de leis e decretos anteriores e para questões operacionais relativas ao uso de papéis, documentos, carimbos e outras marcas oficiais.

Art. 12 - Os contratos, acordos, convênios e termos de ajustes que se encontram em execução pelos órgãos extintos ou transformados terão sua continuidade sob a responsabilidade a quem foi atribuída a competência dos serviços nos termos desta lei, à execução daqueles destinados por decreto.

Art. 13 - Fica o Poder Executivo autorizado a readequar as dotações do orçamento do exercício de 2002, no que se refere aos órgãos e entidades atingidos pela presente lei.

Parágrafo Único - Para implementação do disposto no *caput* deste artigo, fica autorizada a expedição de decretos regulamentares ou a abertura de créditos, adicionais, utilizado como recursos as formas previstas no parágrafo primeiro do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 14 - Fica a cargo da Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico - SEPD e da Secretaria de Estado do Governo - SEEG a responsabilidade pela reformulação dos atos organizacionais dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, que se fizerem necessários à implantação dos dispositivos desta lei.

Art. 15 - Fica, também, o Poder Executivo autorizado a proceder os ajustes administrativos e orçamentários decorrentes dos dispositivos desta lei.

Art. 16 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**À Diretoria Legislativa.**

MENSAGEM Nº 003/2002

Curitiba, 18 de fevereiro de 2002.

Senhor Presidente:

Em conformidade com o preceito contido no artigo 66, inciso I, da Carta Estadual, tenho a honra de encaminhar a V. Exa., o incluso anteprojeto de lei que objetiva conceder ao funcionalismo público efetivo integrante do Quadro geral do Estado gratificação especial de assiduidade, no valor de R\$100,00 (cem reais). Dispõe ainda que tal gratificação especial não será computada para fins de contribuição previdenciária nem incorporável quando da passagem do funcionalismo para a inatividade, além de não integrar a base de cálculo para a concessão de vale transporte e auxílio alimentação.

A medida ora proposta consubstancia o resultado de estudos que revelaram a possibilidade dessa concessão como o máximo gasto público que o erário atualmente

suporta, em função da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Outros aspectos justificando a presente proposição estão contidos na adiante transcrita justificativa que me foi apresentada pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP:

“O Quadro Geral do Estado congrega diversidade de cargos que atendem todas as Secretarias de Estado e grande número de Autarquias (à exceção das IES, IAPAR e APPAR).

Em que pese sua abrangência, este quadro não recebeu incentivos ao longo dos últimos 6 anos, diferente do tratamento dispensado aos demais quadros funcionais que receberam vantagens salariais dentro das disponibilidades financeiras do Estado.

Procurando manter o nível motivacional em padrões aceitáveis, está sendo proposta a criação da Gratificação Especial por Assiduidade para os integrantes do Quadro Geral do Estado, que somada ao Plano de Saúde deverá contribuir também para melhorar a qualidade de vida desses funcionários, em especial aqueles que recebiam menores salários”.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ao funcionário público efetivo integrante do Quadro Geral do Estado poderá ser concedida, por ato do Chefe do Poder Executivo, uma gratificação especial por assiduidade, no valor mensal de R\$100,00 (cem reais).

Parágrafo Único - A responsabilidade administrativa pela comprovação mensal da assiduidade do funcionário será da chefia imediata ou da unidade de recursos humanos competente, observado o disposto no artigo 164, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 2º - A gratificação especial prevista no artigo anterior não será computada para fins de contribuição previdenciária e não será incorporável quando da passagem do funcionário para a inatividade, além de não integrar a base de cálculo para a concessão de vale transporte e auxílio alimentação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**À Diretoria Legislativa.**

MENSAGEM Nº 004/2002

Curitiba, 18 de fevereiro de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o

incluso anteprojeto de lei dispondo sobre a Autonomia das Universidades Públicas mantidas pelo Estado do Paraná e a transformação dos Hospitais Universitários em Autarquias, que passam a vincular-se à Secretaria de Estado da Saúde, conforme especifica e adota outras providências.

A medida ora proposta visa adequar à legislação vigente, o exercício da Autonomia das Universidades Públicas Estaduais, em complemento ao disposto nas Constituições Federal e Estadual e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em prol da sociedade paranaense.

O Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, em expediente protocolado sob nº 5.057.814-3, a mim dirigido, juntou a adiante transcrita justificativa, onde estão contidos esclarecimentos quanto aos aspectos de conveniência e oportunidade de que é revestida a proposição ora formulada:

Este projeto de lei complementa o disposto nas Constituições Federal e Estadual e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, para adequar, à legislação vigente, o exercício da autonomia das universidades públicas mantidas pelo Estado do Paraná.

O governo do Paraná é um dos que mais investe em ensino superior no país - quase metade de todos os seus alunos universitários pertence hoje à rede pública. Situação muito diferente é a de outros Estados brasileiros: o percentual de universitários na rede pública - federal, estadual ou municipal - é de apenas 29% em Santa Catarina, 27% no Rio de Janeiro, 18% no Rio Grande do Sul e 15% em São Paulo.

O sistema universitário público estadual é constituído por seis universidades vinculadas à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Estas instituições ofertam 212 cursos de graduação e 50 de pós-graduação, atendendo 61 mil alunos, em várias regiões do Estado; para tanto, dispõem de aproximadamente 13 mil funcionários, entre professores e técnicos administrativos.

Nos últimos anos, os valores repassados pelo governo estadual ao sistema de ensino superior, para investimento, custeio e pagamento de pessoal vêm crescendo progressivamente: os recursos, que eram de R\$77 milhões em 1994, quintuplicaram e passaram a ser de R\$352 milhões em 2002.

A experiência tem demonstrado que a aplicação competente e coerente do princípio da autonomia universitária, aliada a um controle efetivo da sociedade, produz avanços significativos na qualidade do ensino e na gestão destas instituições.

Mas, as paralisações das atividades acadêmicas das universidades estaduais que vêm ocorrendo com muita frequência, e o prolongamento do último movimento, iniciado em setembro de 2001, demonstram que há necessidade imediata de modificações estruturais no sistema de ensino superior e nas relações deste sistema com o Estado e com a comunidade.

Assim, este projeto de lei, além de regulamentar os preceitos constitucionais e normativos do ensino superior, oferece condições para um novo modelo de relacionamento entre a universidade e a comunidade.

#### **Gestão financeira com recursos garantidos**

Este projeto de lei vai permitir a autonomia plena da gestão financeira universitária pelo repasse, pelo governo estadual, de percentual dos recursos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS do Estado. Isto será feito por meio de Contrato de Gestão, que vai definir as responsabilidades e obrigações das instituições de ensino superior e do Governo do Estado.

As estimativas com relação à arrecadação do ICMS do Paraná apontam um crescimento exponencial para os próximos anos, como resultado da política de atração de indústrias para o Estado. A perspectiva sinaliza um aumento muito expressivo dos recursos destinados às nossas universidades e seus respectivos hospitais.

#### **Importante**

A divisão do percentual anual dos recursos relativos a cada uma das universidades estaduais, vai ser, a cada ano, definido a partir dos indicadores gerais e de desempenho, estabelecidos por uma Comissão Estadual, formada por membros do governo estadual, das universidades, dos hospitais universitários e da comunidade.

#### **Gestão administrativa própria**

Com a autonomia financeira garantida pela permanente injeção destes recursos, as universidades terão também gestão administrativa autônoma, o que vai lhes permitir definir sua política de recursos humanos; isto significa autonomia da universidade para propor nomeações e contratos, a partir de definição para uma política salarial mais adequada.

Para melhorar a gestão, a qualidade de ensino e a prestação de serviços às comunidades regionais, os hospitais universitários serão transformados em autarquias públicas, vinculadas à Secretaria de Estado da Saúde, mas com supervisão de suas atividades realizadas por esta Secretaria, pela Secretaria Estadual da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e pelas universidades, uma vez que passam a ter um Contrato de Gestão com o governo estadual.

#### **Condições para a administrabilidade**

O projeto proporciona condições para que os órgãos colegiados superiores das universidades passem a ter coerência em sua formação - pelo limite do número de seus membros, evitando-se "assembleísmos" inconseqüentes - e em sua qualidade, com uma composição que privilegie a experiência universitária e administrativa de seus professores-membros, bem como a representatividade da comunidade. O Conselho Universitário, como órgão máximo da universidade, deverá ser a expressão da maturidade científica, intelectual, político-administrativa e democrática da instituição, de modo que a universidade, pelas suas condições de excelência em gestão, reflita cabalmente os melhores anseios da comunidade.

Este projeto de lei também altera a forma de escolha e nomeação dos dirigentes universitários, atualizando-a para melhor atender a um novo momento social e econômico e às novas necessidades de qualidade do ensino, pesquisa e extensão. Ao mesmo tempo, permite sua adequação à legislação federal.

#### **Controle social da Universidade**

As universidades públicas devem prestar contas e manter um vínculo muito forte com suas comunidades locais e regionais. Elas não pertencem apenas a professores, alunos e funcionários, nem a partidos ou sindicatos. Por isso mesmo, este anteprojeto propõe a criação do Conselho de Responsabilidade Social da Universidade, como órgão supervisor do Contrato de Gestão a ser celebrado entre o governo e as universidades.

A criação deste Conselho, que contará entre seus membros, em sua maioria, com representantes da comunidade externa, local e regional, vai respeitar as características de cada universidade e poderá contribuir com a gestão democrática do ensino público, intensificando o processo de integração da Universidade com a Sociedade: no acompanhamento da definição dos orçamentos e avaliação dos resultados educacionais, administrativos e financeiros, de forma que, periodicamente, as metas de gestão possam ser revistas. Deverá ainda contribuir com a otimização do uso dos recursos públicos, melhoria da qualidade do ensino superior, promoção e descentralização gradativa do sistema educacional, intensificando a participação da comunidade e o atendimento às reais demandas da sociedade paranaense.

Universidades para os contribuintes paranaenses.

Para retribuir os paranaenses que pagam seus impostos ao Estado, as universidades públicas estaduais vão reservar 80% das vagas dos cursos e turnos, preenchidas de acordo com o critério classificatório do exame vestibular, para estudantes que tenham cursado as duas últimas séries do ensino médio em instituições do sistema de ensino público e privado do Paraná”.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

#### **ANTEPROJETO DE LEI**

### **TÍTULO I**

#### **Da Autonomia das Universidades**

### **Capítulo I**

#### **Das Disposições Preliminares**

Art. 1º - Esta lei dispõe sobre o exercício da autonomia das universidades mantidas pela Administração Pública do Estado do Paraná, com base no disposto no artigo 207 da Constituição Federal, nos incisos I e V do artigo 10 da Lei Federal nº 9394, de 20 de dezembro de

1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB e no artigo 180 da Constituição do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Equivalem-se para fins desta lei, as expressões Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e LDB.

### **Capítulo II**

#### **Da Autonomia Constitucional**

Art. 2º - A autonomia universitária garante a livre produção, disseminação, socialização, gestão do conhecimento e racionalização de seus recursos e meios, para o fiel atendimento aos princípios e finalidades estabelecidos nesta lei.

Art. 3º - As universidades mantidas pelo Estado, instituídas como Autarquias, usufruem, por determinação constitucional, de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, devendo obedecer ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e da integração entre os níveis de ensino, com a finalidade de aplicação do disposto no Título IV, Capítulo IV da LDB e, no que for de sua responsabilidade, do disposto no Título VIII, Capítulo III da Seção I, da Constituição Federal e no Título VI, Capítulo II da Seção I, da Constituição Estadual, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

### **Seção I**

#### **Da Autonomia Didático-Científica**

Art. 4º - A autonomia didático-científica das universidades estaduais, exercida por atos de seus dirigentes, sob normas deliberativas emanadas do órgão colegiado de ensino, pesquisa e extensão, aprovadas pelo Conselho Universitário, consiste na liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte, a cultura e o saber, assegurando a pluralidade de pensamentos e métodos, com base na aplicação do disposto nos incisos I, II, III e IV do artigo 53 e nos incisos I, II, III e IV do parágrafo único desse mesmo artigo, da LDB, notadamente à:

I - organização geral do ensino, da pesquisa e da extensão;

II - criação, modificação e extinção de cursos e respectivas vagas, inclusive cursos não presenciais, através de modernos recursos tecnológicos de comunicação e mecanismos de aprendizado, visando a democratização do acesso à educação, maior disseminação do conhecimento, melhor qualidade do ensino e a preparação de educando para participação ativa no desenvolvimento sócio-econômico e melhoria da qualidade de vida da comunidade.

III - elaboração e aprovação dos currículos e programas das disciplinas dos cursos de graduação e pós-graduação; e

IV - definição de objetivos e metas científicas, artísticas e culturais, identificadas com seu perfil institucional e regional.

## **Seção II**

### **Da Autonomia de Gestão Financeira**

Art. 5º - A autonomia da gestão financeira, exercida por normas e atos de seus dirigentes, aprovados pelo Conselho Universitário, consiste na liberdade de alocação e gestão dos recursos orçamentários e financeiros e na aplicação do disposto nos incisos VII, VIII, IX e X do artigo 53 e nos incisos III, IV, V, VI e VII do parágrafo 1º do artigo 54, da LDB, de forma a atender às suas peculiaridades de organização e funcionamento, cumprindo os objetivos institucionais de ensino, pesquisa e extensão, através da:

I - definição de formas e fontes de financiamento para os programas e atividades;

II - aplicação dos recursos financeiros disponíveis, respeitadas as normas do sistema financeiro e de mercado;

III - busca de fontes alternativas de financiamento;

IV - liberdade para efetivar associações ou parcerias com outras instituições, públicas ou privadas;

V - oferta e cobrança por serviços prestados, conforme Lei Estadual nº 11.500, de 05 de agosto de 1996 e o disposto nos Estatutos das universidades, extensivo às criações que gerem direitos de propriedade industrial e intelectual.

Parágrafo Único - As universidades devem manter seus gastos dentro dos limites orçamentários e financeiros disponíveis, sendo que os atos administrativos, que criarem ou aumentarem despesas de caráter continuado, nos termos do parágrafo 1º do artigo 17, combinado com o inciso I do artigo 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, deverão estar previstos no seu orçamento plurianual e respectivos orçamentos anuais.

## **Seção III**

### **Da Autonomia Administrativa**

Art. 6º - A autonomia administrativa das universidades estaduais do Paraná, exercida por normas e atos de seus dirigentes, aprovados pelo Conselho Universitário, consiste na liberdade de organização e gestão, com base na aplicação do disposto nos incisos V, VI, VII do artigo 53, nos incisos V e VI do parágrafo único daquele mesmo artigo e nos incisos I e II do parágrafo 1º do artigo 54, da LDB, objetivando a liberdade de auto-organização e de edição de normas próprias, para a adequação da estrutura e infra-estrutura necessárias ao exercício eficaz e eficiente das suas finalidades institucionais.

Art. 7º - O Estatuto e o Regimento das universidades serão os instrumentos legais para definição da estrutura organizacional, bem como das competências a serem

exercidas em nível deliberativo e executivo, devendo adequar-se a esta Lei e à legislação pertinente.

Parágrafo Único - O Estatuto e o Regimento serão elaborados ou adequados pelos órgãos colegiados das universidades, avaliados e deliberados pelos respectivos Conselhos Universitários e pelos Conselhos de Responsabilidade Social da Universidade, para posterior homologação pelo Chefe do Poder Executivo do Estado e pelo Reitor, respectivamente, devendo suas disposições atender, essencialmente:

I - quanto às diretrizes organizacionais e operacionais: obediência aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e publicidade dos atos, interagindo com os setores produtivos;

II - quanto à gestão de pessoal: a admissão mediante concurso público, a observação aos pisos e tetos salariais e aos limites de gastos com pessoal; regimes jurídicos do Estado do Paraná com os respectivos planos de carreira, cargos e salários; a proibição, disposta nos artigos 165, parágrafo 5º e, 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar Federal nº 101/2000 de Responsabilidade na Gestão Fiscal, de firmar acordos ou convenções coletivas de trabalho;

III - quanto à administração financeira: a adoção de normas contábeis e de apuração de custos que permitam a publicidade e a análise da situação econômica, financeira e operacional;

IV - quanto às obras, serviços, compras, locações e concessões: a observância aos princípios gerais da licitação, por meio de regulamento próprio;

V - quanto à alienação de bens móveis e imóveis: a sujeição ao princípio da licitação e o fomento ao exercício da criação e da inovação, passíveis de registro de propriedade industrial ou intelectual, respeitada a legislação vigente;

VI - quanto à integração comunitária: a prestação de serviços, remunerados ou não, que serão considerados atividades complementares na formação profissional e sua realização, classificada como extensão universitária, devendo envolver docentes e alunos;

VII - quanto à prática de atos irregulares: a responsabilização dos envolvidos e dos seus entes fiscalizadores.

Art. 8º - Os atos administrativos das universidades que gerarem benefícios, vantagens, despesas e também os atos de punições funcionais, bem como os extratos de termos de convênios, contratos, acordos de cooperação, instrumentos similares e todos os demais de naturezas diversas, além de atender à legislação aplicável, deverão ser, obrigatoriamente, divulgados oficialmente, para conhecimento da comunidade universitária e da sociedade.

## **Subseção I**

### **Dos Recursos Humanos**

Art. 9º - Poderão as universidades estaduais, em consonância com o que dispõe a Lei de Diretrizes e Bases



da Educação Nacional, realizar as seguintes ações de gestão de pessoal:

I - propor quadro de pessoal docente e técnico-administrativo e respectivo código de ética; elaborar planos de carreira, cargos e salários; propor a extinção de cargos e funções e fixar sistemas de vencimentos e progressões, atendidas as normas gerais pertinentes, definidas em diferentes legislações e os limites de sua capacidade orçamentária e financeira, em consonância com a realidade sócio-econômica local e regional;

II - propor nomeação, contratação, exoneração e demissão de servidores.

Parágrafo Único - As universidades mantidas pela administração pública do Estado do Paraná integrarão o Sistema de Gestão de Recursos Humanos adotado pelo Estado, de acordo com suas necessidades e respeitada a autonomia.

Art. 10 - Os servidores públicos inativos, com pedido de aposentadoria regularmente deferido e publicado em Diário Oficial do Estado, bem como os pensionistas, serão mantidos e pagos, no mês subsequente ao da publicação do ato concessivo, pelo Sistema de Seguridade Funcional do Estado do Paraná - gerido pela Parana-previdência, conforme disposto nas Leis Estaduais nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998 e nº 12.556, de 25 de maio de 1999, observado o contido no artigo 34 e respectivos parágrafos.

§ 1º - O Governo do Estado somente efetuará os pagamentos dos precatórios com processos transitados em julgado, até a edição desta lei.

§ 2º - O pagamento dos novos precatórios deverá ser previamente avaliado pela Procuradoria Geral do Estado, ficando ao encargo da própria universidade, em caso de indeferimento.

### **Subseção II**

#### **Da Administração Geral**

Art. 11 - À administração geral das universidades caberá, entre outras, as seguintes ações:

I - estabelecer ou reestruturar seu sistema organizacional e sua política administrativa, em consonância com os objetivos institucionais, metas e programas a serem cumpridos;

II - elaborar regulamento próprio para licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, compras e alienação de imóveis, respeitada a legislação vigente;

III - celebrar acordos, convênios, contratos e outros instrumentos jurídicos com instituições, públicas ou privadas, do país ou do exterior, ressalvados os empréstimos internacionais, regidos por legislação federal.

### **Seção IV**

#### **Da Autonomia Patrimonial**

Art. 12 - A autonomia patrimonial consiste na liberdade de utilização racional dos bens, através da:

I - aquisição ou alienação de bens imóveis, obedecidas as normas legais aplicáveis;

II - locação, cessão, concessão ou permissão de uso de bens móveis e imóveis, mediante remuneração ou não, com objetivo de intercâmbio didático, científico ou cultural, obedecidas as normas legais aplicáveis; e

III - manutenção e conservação dos bens, obedecidas as normas legais aplicáveis.

### **Capítulo III**

#### **Das Diretrizes de Funcionamento e das Estruturas Comuns às Universidades**

##### **Seção I**

##### **Do Órgão Colegiado Superior**

Art. 13 - O órgão colegiado deliberativo e normativo máximo da universidade é o Conselho Universitário, responsável por fazer aplicar e fiscalizar o disposto no Título VIII, Capítulo III, Seção I da Constituição Federal, no Título VI, Capítulo II, Seção I da Constituição Estadual, no Título IV, Capítulo IV da LDB e no Capítulo IV e demais disposições da Lei Complementar Federal nº 101/2000 de Responsabilidade na Gestão Fiscal.

§ 1º - O Conselho Universitário, atendendo ao princípio da gestão democrática, será constituído por vinte e um membros, com a participação mínima de 70% (setenta por cento) de membros do corpo docente, conforme estabelecido no parágrafo único do artigo 56 da Lei Federal nº 9394/96, tendo a seguinte composição:

I - o Reitor e o Vice-Reitor, como membros natos;

II - quatro Pró-Reitores, designados pelo Reitor;

III - nove Professores, com tempo de serviço mínimo de 10 (dez) anos na Instituição e experiência de, pelo menos, 4 (quatro) anos em funções de administração ou de coordenação das unidades institucionais, escolhidos entre seus pares;

IV - seis representantes da comunidade local e regional, escolhidos pelo Conselho de Responsabilidade Social da Universidade.

§ 2º - Ao Conselho Universitário caberá, também, deliberar e dispor sobre a constituição dos demais órgãos colegiados da Instituição, a serem compostos, cada um, pelo número máximo, de vinte e um membros.

§ 3º - Na falta de professores com tempo de serviço suficiente para atender ao previsto no inciso III, poderão ser aceitas indicações de conselheiros, considerando o critério de maior tempo de exercício em função de ensino superior, inclusive computado o tempo de atuação em outras instituições de ensino.

##### **Seção II**

##### **Da Escolha e da Nomeação dos Dirigentes**

Art. 14 - Os Reitores e Vice-Reitores das universidades estaduais do Paraná serão previamente escolhidos dentre pessoas com experiência administrativa em gestão universitária pelo Conselho Universitário, para compor

lista tríplice a ser encaminhada ao Governador do Estado, para escolha final e nomeação.

§ 1º - O mandato de Reitor e Vice-Reitor será de 4 (quatro) anos, sendo permitida uma única recondução ao mesmo cargo, nas condições estabelecidas pelo *caput* deste artigo.

§ 2º - No caso de consulta à comunidade universitária, conforme normas a serem estabelecidas pelo Conselho Universitário, deverá ser observada a proporção mínima de setenta por cento de membros do corpo docente, conforme disposto no artigo 56 da LDB.

Art. 15 - Na vacância ou impedimento do Reitor, o mesmo será substituído pelo Vice-Reitor e, na vacância de ambos os cargos, a Reitoria será exercida, até o final do mandato, por um dos membros do Conselho Universitário, escolhido entre seus pares e nomeado pelo Governador do Estado.

#### **Capítulo IV**

##### **Do Conselho de Responsabilidade Social da Universidade**

Art. 16 - Fica criado, em cada uma das universidades mantidas pelo Estado, um Conselho de Responsabilidade Social da Universidade, com a finalidade de integrar as universidades às suas comunidades locais e regionais, em obediência ao princípio da gestão democrática, participativa e transparente do ensino público e da efetiva implementação do processo de integração ao mundo do trabalho e à prática social, devendo, ainda, participar da elaboração do respectivo Contrato de Gestão e de supervisão de sua execução, atendendo ao disposto no parágrafo 1º do artigo 22 desta lei.

Parágrafo Único - O Conselho de que trata o *caput* deste artigo, tem a responsabilidade de zelar pela aplicação do disposto nos artigos 205, 207 e 212 da Constituição Federal e nos artigos 177, 178, 180 e 185 da Constituição Estadual; do disposto na Lei Complementar Federal nº 101/2000 de Responsabilidade na Gestão Fiscal e na Lei Federal nº 9394/96.

Art. 17 - O Conselho de Responsabilidade Social, de cada universidade, será composto por onze membros:

I - o Reitor e o Vice-Reitor da Universidade;

II - três representantes do Conselho Universitário, sendo a maioria pertencente ao corpo docente;

III - seis representantes da comunidade local e regional, de ilibada reputação.

§ 1º - Os membros do Conselho, a que se referem os incisos II e III deste artigo, serão indicados e nomeados pelo governador do Estado, com mandato de dois anos, sendo suas atividades consideradas como de relevantes serviços prestados à comunidade.

§ 2º - O Presidente e o Secretário do Conselho serão escolhidos dentre seus pares, sendo inelegíveis os

Conselheiros que tenham relações funcionais com a universidade.

§ 3º - O Conselho terá o suporte e o apoio operacional da sua respectiva universidade e reunir-se-á, ordinariamente, a cada trimestre e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente ou de dois terços de seus membros.

Art. 18 - As decisões das reuniões do Conselho de Responsabilidade Social da Universidade, pela sua pluralidade e representatividade, revestem-se do caráter de audiência pública e da avaliação trimestral da gestão universitária.

#### **TÍTULO II**

##### **Dos Hospitais Universitários**

Art. 19 - Os Hospitais: Universitário Regional do Norte do Paraná, Universitário de Maringá e o Universitário do Oeste do Paraná ficam transformados em entidades autárquicas, vinculadas à Secretaria de Estado da Saúde - SESA, mantidas as suas respectivas denominações, com as finalidades e atribuições definidas nos respectivos Regulamentos.

§ 1º - Os hospitais universitários existentes e os que vierem a ser instituídos, integrarão o Sistema Único de Saúde - SUS, no âmbito do Estado, através da prestação de serviços ambulatoriais e hospitalares à população e servindo de suporte acadêmico às atividades de ensino, pesquisa e extensão das universidades, bem como das escolas superiores mantidas pelo Estado, que tenham currículos relacionados com as ciências da saúde, observada a legislação em vigor.

§ 2º - Será firmado Contrato de Gestão entre o Governo do Estado e cada um dos hospitais universitários para definição das responsabilidades e obrigações.

Art. 20 - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder os ajustes administrativos e orçamentários decorrentes do disposto no artigo 19 desta lei.

Art. 21 - Ficam criados, no âmbito do Poder Executivo Estadual, os seguintes cargos de provimento em comissão:

I - no Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná: 01 (um) cargo de diretor superintendente, símbolo DAS-1; e 03 (três) cargos de diretor, símbolo DAS-3;

II - no Hospital Universitário de Maringá: 01 (um) cargo de diretor superintendente, símbolo DAS-1; e 03 (três) cargos de diretor, símbolo DAS-3;

III - no Hospital Universitário do Oeste do Paraná: 01 (um) cargo de diretor superintendente, símbolo DAS-1; e 03 (três) cargos de diretor, símbolo DAS-3.

Parágrafo Único - Ficam extintos os cargos de Direção, simbologia DCA, do Hospital Regional de Cas-

cavel, a que se refere o artigo 4º, da Lei nº 13.029, de 27 de dezembro de 2000.

### TÍTULO III

#### Dos Recursos Financeiros e do Contrato de Gestão

Art. 22 - O Governo do Estado, repassará às universidades e aos hospitais universitários, de que trata a presente lei, recursos equivalentes a 9% (nove por cento) da quota parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS do Estado.

§ 1º - O repasse dos recursos, a que se refere o *caput* deste artigo, fica condicionado ao cumprimento das metas estabelecidas em Contrato de Gestão, a ser firmado pelo Estado do Paraná com as universidades e por aquele com os hospitais universitários, nos termos do parágrafo 13 do artigo 27 da Constituição do Estado.

§ 2º - Os recursos serão repassados em treze parcelas mensais, até o penúltimo dia útil de cada mês, sendo que, no mês de dezembro, serão repassadas duas parcelas.

Art. 23 - Fica criada Comissão Estadual, com a finalidade de definir o percentual anual dos recursos relativos a cada uma das universidades estaduais e os hospitais universitários, a partir dos indicadores gerais e de desempenho estabelecidos pelos Conselhos de Responsabilidade Social das Universidades, com a seguinte composição:

I - o diretor geral da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, como presidente da Comissão;

II - o diretor geral da Secretaria de Estado da Fazenda;

III - o diretor geral da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência;

IV - o diretor geral da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral;

V - o diretor geral da Secretaria de Estado da Saúde;

VI - os pró-reitores de Administração e Finanças das Universidades Estaduais;

VII - os diretores superintendentes dos Hospitais Universitários;

VIII - um representante de cada Conselho de Responsabilidade Social da Universidade, indicados pelos seus pares.

### TÍTULO IV

#### Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 24 - As universidades promoverão as alterações nos seus Estatutos e Regimentos, bem como na composição dos atuais órgãos colegiados integrantes de sua estrutura, para adequação ao disposto no artigo 56 da LDB e nesta Lei e aprovação, pelo respectivo Conselho Universitário, ficando automaticamente extintos, num

prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta lei, os mandatos e representações correspondentes não compatíveis com a legislação citada neste artigo.

Art. 25 - As universidades públicas estaduais deverão reservar 80% (oitenta por cento) das vagas dos cursos e turnos, a serem preenchidas de acordo com o critério classificatório do exame vestibular, para estudantes que tenham cursado as duas últimas séries do ensino médio, em instituições públicas ou privadas do Sistema de Ensino do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Em caso das vagas no exame vestibular, de que trata o *caput* deste artigo, não serem preenchidas, as mesmas poderão ser destinadas para os demais candidatos.

Art. 26 - As universidades e os hospitais universitários poderão praticar o disposto na Lei Federal nº 8958, de 20 de dezembro de 1994, através de Fundações ou de Sociedades Cíveis de Direito privado sem fins lucrativos, submetendo-se à fiscalização aplicável e ao registro e credenciamento.

Art. 27 - A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional, patrimonial e de pessoal das universidades e hospitais universitários será exercida pela Assembléia Legislativa, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, mediante controle externo.

Art. 28 - O acesso e o levantamento contínuo das informações das universidades e hospitais universitários, necessários ao acompanhamento da execução dos Contratos de Gestão firmados entre o Governo do Estado e as universidades e hospitais universitários, serão da competência da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Secretaria de Estado da Saúde, respectivamente.

Art. 29 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 30 - Ficam revogadas as disposições em contrário, com exceção da Lei nº 11.713/97, que ficará revogada 90 (noventa) dias após a publicação desta lei.

**À Diretoria Legislativa.**

MENSAGEM Nº 005/2002

Curitiba, 19 de fevereiro de 2002.

Senhor Presidente:

Nos termos do artigo 77, da Constituição Estadual e da liminar concedida nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2208-3, em tramitação perante o colendo Supremo Tribunal Federal, Relator Ministro Néri da Silveira, cuja liminar foi concedida em 13 de dezembro de 2001, tenho a honra de submeter à elevada consideração e aprovação dessa augusta Assembléia Legislativa a escolha que, nesta oportunidade faço, do nome do senhor

Gerson Guelmann, para ocupar o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Quanto à competência a mim deferida e que ora formalizo para escolha do futuro ocupante do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas, atualmente vago por decorrência de aposentadoria concedida ao Conselheiro João Fedrer, não há qualquer dúvida de que, pela ordem estabelecida pelo mandamento constitucional respectivo e pela liminar deferida, cabe ao Governador do Estado fazê-la.

Assim, no uso de competência que a Carta Estadual e, neste caso, também o Poder Judiciário reservam ao Governador do Estado, escolho para ser promovido no relevante cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, o senhor Gerson Guelmann, brasileiro, casado, assessor especial do governador, nascido em 08 de novembro de 1947, portador da Carteira de Identidade nº 543.185-0 e do CPF/MF nº 002.377.289-15, pessoa de marcante idoneidade moral e de reputação ilibada, além de ser dotada de notórios conhecimentos em áreas compatíveis com as ações jurisdicionais da referida Corte Estadual de Contas, conhecimentos esses obtidos nas várias funções públicas em que foi investido em mais de uma década. Por esses aspectos, a par de outras qualificações de expressão, o senhor Gerson Guelmann é considerado plenamente capacitado para ocupar com toda competência, dignidade e brilhantismo o cargo para o qual esta indicação tem respaldo na Lei Magna do Estado e na Justiça.

Em anexo, para que essa augusta Assembléia Legislativa possa melhor avaliar e julgar o indiscutível acerto da indicação ora formulada, seguem declarações fornecidas pela Prefeitura Municipal de Curitiba e pelo Estado do Paraná, através da sua Casa Civil, que informam as atividades exercidas pelo ora indicado.

Certo de que esse egrégio Poder Legislativo do Estado do Paraná aprovará a presente indicação, apresento a V. Exa. e aos demais senhores deputados, meus protestos de estima e consideração.

(a) JAIME LERNER  
Governador do Estado

**À Diretoria Legislativa.**

#### DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que Gerson Guelmann, exerceu/respondeu os seguintes cargos em comissão/função gratificada junto a esta Administração Direta: exercer a função gratificada de diretor-presidente da Diretoria Executiva da Frei, símbolo C-2, no período de 01/01/89 a 31/08/90, conforme Decreto nº 28/89, totalizando o tempo de 01 ano e 8 meses; responder pelo cargo em comissão de coordenador de programas, símbolo S-1, no período de 01/04/90 a 09/06/91, conforme Decreto nº 26/90, totalizando o tempo de 01 ano, 02 meses e 09 dias (responder cumulativamente com a função gratificada exercida de diretor presidente da Diretoria Executiva da Frei até 31/08/90); exercer o cargo em comissão de chefe

de gabinete do prefeito, símbolo S-1, no período de 10/06/91 a 31/12/92, conforme Decreto nº 479/91, totalizando o tempo de 01 ano, 06 meses e 22 dias; exercer o cargo em comissão de assessor do prefeito na Assessoria Técnica do prefeito, símbolo S-1, no período de 01/01/93, conforme Decretos 82/93 e 304/93, totalizando o tempo de 01 mês e 01 dia.

E por ser verdade, firmamos a presente.

Curitiba, 14.12.2001.

(aa) ELAINE CRISTINA ZANON  
Assistente de Administração  
JANE ALVES LOPES DE SUS  
Gerente

#### DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que Gerson Guelmann, RG nº 534.185-0, exerceu no período compreendido entre 01.01.1995 até a presente data, os seguintes cargos em comissão e suas respectivas funções, de 01.01.95 a 01.02.95, o cargo de assessor especial do governador e as funções de chefe de gabinete do governador, de 01.02.95 a 24.07.96, de 07.10.96 a 25.10.96, de 18.11.96 a 11.05.98, de 30.11.98 a 01.07.2000, o cargo e as funções de secretário de Estado chefe de gabinete do governador, desde 18.11.2000, encontra-se no cargo e no exercício das funções de assessor especial do governador. Sendo que nos períodos em que o mesmo exerceu os cargos e as funções acima, houve as seguintes designações para responder cumulativamente de 12.07.95 a 24.07.95, pelo cargo de secretário de Estado do Governo, e de 22.12.97 a 14.01.98, pelo cargo de secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, em virtude dos afastamentos legais dos seus respectivos titulares.

Curitiba, 15.02.2002.

(a) NELSON VICENTE PERES  
Chefe do GRHS

#### Ofícios:

#### OFÍCIOS

Sob o nº 130/2001, do senhor José Menezes Neto, diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, informando transferência de recursos para o Fundo Municipal de Assistência Social/PR, para manutenção dos Serviços Assistenciais de Ação Continuada/2001. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 135/2001, do senhor José Menezes Neto, diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, informando transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social/PR, destinado à manutenção dos Serviços Assistenciais de Ação Continuada e Abrigo/2001. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 136/2001, do senhor José Menezes Neto, diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional

de Assistência Social, informando transferência de recursos para o Fundo Municipal de Assistência Social/PR, para manutenção dos Serviços Assistenciais de Ação Continuada/2001. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 132/2001, do senhor José Menezes Neto, diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, informando transferência de recursos para o Fundo Municipal de Assistência Social/PR, destinado a manutenção dos Serviços Assistenciais de Ação Continuada/2001. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/SEEG/001/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 290/99, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/002/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 274/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, por julgá-lo contrário inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob os nºs CTL/SEEG/008 a 015 e 017 a 024/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

475/2001: De autoria do deputado Valdir Rossoni, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica à Prefeitura Municipal de Mallet, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.421. **Anote-se - Arquivo-se.**

220/2001: De autoria do deputado Cleiton Kiélse, que declara o dia 02 de junho como o Dia Estadual da Etnia Italiana, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.422. **Anote-se - Arquivo-se.**

344/2001: Do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a ceder o imóvel que especifica ao município de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.423. **Anote-se - Arquivo-se.**

082/2001: De autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que garante o processamento preferencial aos procedimentos administrativos que tramitam junto a qualquer dos Poderes do Estado, nos quais figure como parte pessoa idosa, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.424. **Anote-se - Arquivo-se.**

345/2001: Do Poder Executivo, que altera os dispositivos que especifica, das Leis nºs 10.066/92 e 11.352/96 assim como cria e extingue cargos de provimento em comissão na estrutura do Instituto Ambiental do Paraná - IAP e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.425. **Anote-se - Arquivo-se.**

478/2001: Do Poder Executivo, que dispõe sobre o valor das pensões de que tratam o artigo 2º, da lei nº 7.568/82 e suas posteriores alterações, concedidas a viú-

vas de ex-governadores, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.426. **Anote-se - Arquivo-se.**

499/2001: Do Poder Executivo, que dispõe que os recursos do Fundo Penitenciário, criado pela Lei nº 4.955/64, poderão ter a utilização que especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.427. **Anote-se - Arquivo-se.**

505/2001: Do Poder Executivo, que dá nova redação ao artigo 2º e seus anexos 1 e 3, da Lei nº 7.047/78, (Lei de Fixação do Efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná), o qual convertido em Lei tomou o nº 13.428. **Anote-se - Arquivo-se.**

038/2001: Do Tribunal de Justiça, que dispõe que o cargo de eletrotécnico, do quadro de funcionários da Secretaria do Tribunal de Justiça, passa a integrar o anexo II da Lei nº 11.719/97, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.429. **Anote-se - Arquivo-se.**

039/2001: Do Tribunal de Justiça, que autoriza o Poder Judiciário a destinar recursos à Escola da Magistratura do Estado do Paraná, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.430. **Anote-se - Arquivo-se.**

558/2001: Do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a permutar por fração ideal do solo e respectiva área a ser construída no imóvel que especifica, localizado na Rua Deputado Mário de Barros, Bairro Centro Cívico, nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.431. **Anote-se - Arquivo-se.**

609/2001: Do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a permutar área com o município de Cidade Gaúcha, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.432. **Anote-se - Arquivo-se.**

629/2001: Do Tribunal de Justiça, que cria os cargos que especifica, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, vinculados ao Tribunal de Alçada, e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.433. **Anote-se - Arquivo-se.**

630/2001: Do Tribunal de Justiça, que cria os cargos que especifica, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça, e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.434. **Anote-se - Arquivo-se.**

627/2001: Do Tribunal de Contas, que extingue, cria e transforma cargos na estrutura do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado, conforme especifica e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.435. **Anote-se - Arquivo-se.**

706/2001: De autoria do deputado Fernando Ribas Carli e outros, que disponibiliza o Poder Executivo, na forma que especifica, valores de depósitos judiciais de valores referentes a tributos estaduais e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.436. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº ATCC 984/2001, do senhor Alcení Guerra, chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de

informações requerido pelo deputado Divanir Braz Palma, que pede esclarecimentos sobre Cortes de Energia Elétrica e Respectivas Taxas de Religação. **Ao conhecimento do deputado interessado.**

Sob o nº 449/2001, do senhor Ramiro Wahrhaftig, secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, em resposta ao pedido de informações requerido pelo senhor Divanir Braz Palma, que pede esclarecimentos sobre Relação de Funcionários, Funções e Salários da Universidade Estadual de Maringá. **Ao conhecimento do deputado interessado.**

Sob o nº 270/2001, do senhor Antonio de Pádua Nacif - gerente geral da Embrapa Café, comunicando convênio firmado entre a Embrapa e o Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, no valor de R\$895.373,00, sendo R\$535.373,00 proveniente da Embrapa e R\$360.000,00 de contrapartida, com o objetivo de colaboração de trabalhos de pesquisa no Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 271/2001, do senhor Antonio de Pádua Nacif - gerente geral da Embrapa Café, comunicando convênio firmado entre a Embrapa e a Universidade Estadual de Londrina - UEL, no valor de R\$26.8850,00, com o objetivo de pesquisa no Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 272/2001, do senhor Antonio de Pádua Nacif - gerente geral da Embrapa Café, comunicando convênio firmado entre a Embrapa e a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater-PR, no valor de R\$72.100,00, com o objetivo de pesquisa no Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 04/2002, do senhor José Raimundo Pereira Vasconcelos - chefe da SSE, comunicando convênio firmado entre a Embrapa e o Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, no valor de R\$261.760,00, com o objetivo de pesquisa no Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária - SNPA. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 01/2002, da senhora Vera Beatriz Prince Gomes - gerente geral em exercício da Caixa Econômica Federal, comunicando contratos de repasse do Orçamento Geral da União - OGU entre a Caixa Econômica Federal e a Codapar, Programa Incra, que tem por finalidade Infra-Estrutura e Serviços. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 2430/2001, do senhor Djalmir da Costa Bessa - chefe de gabinete da Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo, comunicando a liberação de recursos do

convênio com a Prefeitura Municipal de Manoel Ribas/PR. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 2383/2001, do senhor Djalmir da Costa Bessa - chefe de gabinete da Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo, comunicando a liberação de recursos do convênio com a Prefeitura Municipal de Itambé/PR. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 481/2001, do senhor Carlos Alves Moura - presidente da Fundação Cultural Palmares, comunicando convênio celebrado entre a Fundação e o Ile Ase Ojubo Ogun, com o objetivo de realização do Projeto Cidadania, Direito e Intolerância Religiosa, no valor de R\$20.043,50 (vinte mil e quarenta e três reais e cinquenta centavos). **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 538/2001, do senhor José Kalache Filho - superintendente de Negócios da Caixa Econômica Federal, comunicando contrato de Repasse de Recursos do Orçamento Geral da União, entre a Caixa Econômica e a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/SEEG/025/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 073/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/026/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 382/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/027/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO o Projeto de Lei nº 389/2000, de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/028/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO o Projeto de Lei nº 262/2000, de autoria da deputada Serafina Carilho, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/029/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO o Projeto de Lei nº 596/99, de autoria do deputado Edson Strapasson, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/030/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO o Projeto

de Lei nº 046/2001, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, por julgá-lo inconstitucional. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/031/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO o Projeto de Lei nº 150/2000, de autoria do deputado Geraldo Cartário, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/032/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO o Projeto de Lei nº 052/2001, de autoria do deputado Luiz Accorsi, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/033/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO o Projeto de Lei nº 331/2001, de autoria da deputada Serafina Carrilho, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/034/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO o Projeto de Lei nº 217/2001, de autoria do deputado Waldir Pugliesi, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/035/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO o Projeto de Lei nº 044/2001, de autoria do deputado Eli Ghellere, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/036/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO o Projeto de Lei nº 042/2001, de autoria do deputado Eli Ghellere, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/037/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO o Projeto de Lei nº 043/2001, de autoria do deputado Eli Ghellere, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/038/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO o Projeto de Lei nº 191/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/039/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO o Projeto de Lei nº 353/2000, de autoria do deputado Chico Noroeste, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/040/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO o Projeto de Lei nº 444/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/041/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO o Projeto de Lei nº 072/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/042/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO o Projeto de Lei nº 421/2001, de autoria do deputado Cleiton Kielse, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/043/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO o Projeto de Lei nº 028/2001, de autoria dos deputados Pastor Edson Praczyk e Serafina Carrilho, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/044/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO o Projeto de Lei nº 011/2001, de autoria do deputado Dinavir Braz Palma, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/045/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO o Projeto de Lei nº 435/2000, de autoria do deputado José Maria Ferreira, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/046/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO o Projeto de Lei nº 098/2000, de autoria do deputado Caíto Quintana, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/047/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO o Projeto de Lei nº 321/2001, de autoria da deputada Serafina Carrilho, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/048/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO o Projeto de Lei nº 503/2001, de autoria do deputado Geraldo Cartário, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/049/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO o Projeto

de Lei nº 310/2000, de autoria da deputada Serafina Carriho, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/050/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO o Projeto de Lei nº 337/2001, de autoria do deputado Orlando Pesutti, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/02512002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO o Projeto de Lei nº 452/2001, de autoria do deputado Marcos Isfer, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/052/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO o Projeto de Lei nº 296/2001, de autoria do deputado Geraldo Cartário, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/053/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO o Projeto de Lei nº 156/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/054/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO o Projeto de Lei nº 242/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/055/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO o Projeto de Lei nº 087/2001, de autoria do deputado Ricardo Chab, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/056/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO o Projeto de Lei nº 120/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/057/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO o Projeto de Lei nº 547/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/058/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO o Projeto de Lei nº 514/2001, de autoria do deputado Geraldo Cartário, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/134/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO o Projeto de Lei nº 199/2001, de autoria do deputado Ricardo Chab, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/135/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO o Projeto de Lei nº 074/2000, de autoria do deputado Beto Richa, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/136/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO o Projeto de Lei nº 454/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

OFÍCIO Nº 0104

Curitiba, 08 de fevereiro de 2002.

Senhor Presidente:

Cumprimentando-o e, atendendo aos termos do artigo 127, parágrafo 2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 65 e 114, parágrafo 2º, da Constituição Estadual e 3º, inciso VI, da Lei Complementar Estadual nº 85, de 27.12.1999, honra-se submeter à apreciação dessa augusta Casa de Leis, por intermédio de V. Exa. o incluso anteprojeto de lei visando a incorporação do montante atualmente percebido pelos servidores do Quadro do Ministério Público, a título de gratificação pela prestação de serviço em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, ao respectivo vencimento básico.

Na certeza de que a proposição merecerá dessa egrégia Assembléia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, revela-se oportuno o ensejo para reiterar-lhe a garantia de minha especial estima e respeito.

(a) MARCO ANTONIO TEIXEIRA  
Procurador-Geral de Justiça

ANTEPROJETO DE LEI Nº

Súmula:

Incorpora a gratificação pela prestação de serviço em regime de tempo integral e dedicação exclusiva ao vencimento básico do Quadro de Servidores Efetivos do Ministério Público.

Art. 1º - O montante atualmente percebido pelos servidores do Quadro do Ministério Público a título de gratificação pela prestação de serviço em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, fica incorporado ao respectivo vencimento básico.

Art. 2º - As tabelas I, II e III, do Anexo III, da Lei nº 11.455, de 10 de julho de 1996, passam a vigorar com os valores do Anexo a esta lei.



Art. 3º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta de dotação orçamentária do Ministério Público do Estado do Paraná.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**ANEXO**  
**Tabelas de Vencimentos**

<b>TABELA I</b> Grupo Ocupacional Básico		<b>TABELA II</b> Grupo Ocupacional Intermediário		<b>TABELA III</b> Grupo Ocupacional Superior	
Nível	Valor	Nível	Valor	Nível	Valor
1	845,66	1	1.395,72	1	2.661,84
2	865,06	2	1.428,42	2	2.724,22
3	885,34	3	1.461,90	3	2.788,04
4	906,08	4	1.496,14	4	2.853,36
5	927,30	5	1.531,20	5	2.920,22
6	949,02	6	1.567,08	6	2.988,64
7	971,26	7	1.603,80	7	3.058,66
8	994,02	8	1.641,36	8	3.130,32
9	1.017,30	9	1.679,82	9	3.203,68
10	1.041,14	10	1.719,18	10	3.278,74
11	1.065,52	11	1.759,46	11	3.355,56
12	1.090,48	12	1.800,70	12	3.434,18
13	1.116,04	13	1.842,88	13	3.514,64
14	1.142,18	14	1.886,06	14	3.596,98
15	1.168,94	15	1.930,24	15	3.681,26
16	1.196,32	16	1.975,48	16	3.767,52
17	1.224,36	17	2.021,76	17	3.855,78
18	1.253,04	18	2.069,12	18	3.946,12
19	1.282,38	19	2.117,60	19	4.038,58
20	1.312,44	20	2.167,22	20	4.133,20
21	1.343,18	21	2.218,00	21	4.230,06
22	1.374,64	22	2.269,98	22	4.329,16

**JUSTIFICATIVA:**

O presente anteprojeto propõe a incorporação do montante atualmente percebido pelos servidores efetivos do Quadro do Ministério Público, a título de gratificação pela prestação de serviço em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, ao respectivo vencimento básico.

A presente proposta se justifica porque todos os servidores vêm recebendo sobredita gratificação desde o mês de julho de 1999, no percentual de 100%, com exce-

ção de três servidores que a recebem em percentual inferior. Como mencionada vantagem vem sendo paga em caráter geral e permanente, afastando-se de sua verdadeira finalidade posto que concedida como complemento de salário, dada a reconhecida e declarada mora do Estado quanto à revisão geral anual prevista no artigo 37, inciso X, da Constituição Federal (ADIn nº 2.493-1, rel. Min. Ilmar Galvão, j em 19.12.2001), têm os servidores, segundo a jurisprudência, direito à sua incorporação aos

vencimentos, inclusive integrando os proventos de aposentadoria.

Manifesto o direito, a incorporação deve ser proposta desde logo a bem da segurança jurídica nas relações entre esta Administração e seus administrados, inclusive com vistas a evitar, no futuro, possíveis tratamentos diferenciados, mormente entre os que permanecem na ativa e os que vierem a se inativar, ou mesmo entre estes.

Impende ressaltar que, conforme estudos realizados no setor administrativo desta Instituição, o impacto financeiro na folha de pagamento, na hipótese de incorporação, será de 0,25% em relação aos ativos e de 0,94% em relação aos inativos, cujo direito, em relação a este, decorre de preceito constitucional (artigo 40, parágrafo 8º, CF), tendo referida despesa previsão na Lei Orçamentária Anual (Lei nº 13.386/2001).

Por igual, demonstrou o estudo realizado que o impacto, em percentual, na despesa total com pessoal da Instituição, será de 0,005%, excluídos os inativos e de 0,023%, computados os inativos, donde resultou a conclusão de que não ensejará a superação dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### OFÍCIO Nº 0105

Curitiba, 08 de fevereiro de 2002.

Senhor Presidente:

Cumprimentando-o e, atendendo aos termos do artigo 127, parágrafo 2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 65 e 114, parágrafo 2º, da Constituição Estadual e 3º, inciso VI, da Lei Complementar Estadual nº 85, de 27.12.1999, honra-se submeter à apreciação dessa augusta Casa de Leis, por intermédio de V. Exa. o incluso anteprojeto de lei visando a criação de dois cargos de Procurador de Justiça e doze de Promotor de Justiça Substituto em Segundo Grau.

Na certeza de que a proposição merecerá dessa egrégia Assembléia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, revela-se oportuno o ensejo para reiterar-lhe a garantia de minha especial estima e respeito.

(a) MARCO ANTONIO TEIXEIRA

Procurador-Geral de Justiça

#### ANTEPROJETO DE LEI

Súmula:

Cria 02 cargos de Procurador de Justiça e 12 de Promotor de Justiça Substituto em Segundo Grau.

Art. 1º - Ficam criados 14 (quatorze) cargos no âmbito do Ministério Público do Estado do Paraná, sendo 02 (dois) de Procurador de Justiça e 12 (doze) de Promotor de Justiça Substituto em Segundo Grau, para o exercício das atribuições de segundo grau e de coordenação.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta de dotação orçamentária do Ministério Público do Estado do Paraná.

Art. 3º - O preenchimento dos cargos criados por esta lei, assim como qualquer aumento de despesa dele decorrente, ficam condicionados aos limites previstos na Lei Complementar Federal nº 101, de 05 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e à autorização específica do Colégio de Procuradores de Justiça, por maioria absoluta de seus membros.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto propõe a criação de 14 (quatorze) cargos no âmbito do Ministério Público do Estado do Paraná, sendo 02 (dois) de Procurador de Justiça e 12 (doze) de Promotor de Justiça Substituto em Segundo Grau, para o exercício das atribuições de segundo grau e de coordenação, com vistas à adequação da sua estrutura ao novo Código de Organização e Divisão Judiciária, cujo projeto de lei foi submetido à elevada apreciação dessa augusta Casa de Leis.

A presente proposta encontra amparo ao artigo 43, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 85/99 (Lei Orgânica do Ministério Público do Paraná), verbis: “A criação de cargos de membros de segundo grau do Poder Judiciário importará na imediata proposta de criação de cargos de Procurador de Justiça, nos termos do *caput* deste artigo”.

É certo que a presente criação de cargos não está prevista na Lei Orçamentária para o ano de 2002 (Lei nº 13.386, de 21.12.00) o que, em tese, configuraria óbice ao respectivo processo legislativo, nos termos do artigo 169, parágrafo 1º, da Constituição Federal. Todavia, o colendo Supremo Tribunal Federal, atenuando o rigor literal desta norma constitucional, assentou que “é a execução da lei que cria cargos que está condicionada às restrições previstas e não o seu processo legislativo”, acrescentando que “a falta de autorização nas leis orçamentárias torna inexecutável o cumprimento da lei no mesmo exercício em que editada, mas não no subsequente” (ADInMC nº 1.428-SC, TP, rel. Min. Maurício Corrêa, j. 01.04.96). Esta é, a propósito, a razão da inclusão do artigo 4º no anteprojeto.

#### OFÍCIO Nº 0106

Curitiba, 08 de fevereiro de 2002.

Senhor Presidente:

Cumprimentando-o e, atendendo aos termos do artigo 127, parágrafo 2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 65 e 114, parágrafo 2º da Constituição Federal e 3º, inciso VI, da Lei Complementar Estadual nº 85, de 27.12.1999, honra-me submeter à apreciação desta augusta Casa de Leis, por intermédio de V. Exa., o incluso anteprojeto de lei visando a criação, no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná (Lei nº 11455/96), dos cargos de provimento em comissão e dos cargos de provimento efetivo que especifica.

Na certeza de que a proposição merecerá dessa egrégia Assembléia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, revela-se oportuno o ensejo para reiterar-lhe a garantia de minha especial estima e respeito.

(a) MARCO ANTONIO TEIXEIRA  
Procurador-Geral de Justiça

#### ANTEPROJETO DE LEI

##### Súmula:

Cria no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná (Lei nº 11455/96) os cargos de provimento em comissão e os cargos de provimento efetivo que especifica.

Art. 1º - Ficam criados no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná (Lei nº 11.455/96), os seguintes cargos:

I - 96 (noventa e seis) cargos de provimento em comissão, símbolo DAS-4, de assessor jurídico, privativos de bacharéis em Direito, para o desempenho da função de auxiliar das Procuradorias de Justiça, Cível e Criminal, e dos Centros de Apoio Operacional da atividade funcional do Ministério Público;

II - 01 (um) cargo de provimento em comissão, símbolo DAS-4, privativo de médico do trabalho e 01 (um) cargo de provimento em comissão, símbolo DAS-4, privativo de médico sanitaria, para o desempenho da função, respectivamente, no Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde do Trabalhador e de Reparação do Dano Resultante de Crime e no Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde Pública;

III - 20 (vinte) cargos de provimento efetivo de auditor, no grupo ocupacional superior, para o desempenho da função de auxiliar nas Procuradorias de Justiça, Cível e Criminal, nos Centros de Apoio Operacional da atividade funcional do Ministério Público e nas Promotorias de Justiça, Cível e Criminal, nos Centros de Apoio Operacional da atividade funcional do Ministério Público e nas Promotorias de Justiça das comarcas de entrância final;

IV - 01 (um) cargo de provimento efetivo de engenheiro florestal e 01 (um) cargo de provimento efetivo de químico, no grupo operacional superior, para o desempenho da função no Centro de Apoio Operacional das promotorias de Proteção do Meio Ambiente;

V - 01 (um) cargo de provimento efetivo de engenheiro de segurança, no grupo operacional superior, para o desempenho da função de técnico no Centro de Apoio Operacional Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde do Trabalhador e de Reparação do Dano Resultante de Crime.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta de dotação orçamentária do Ministério Público do Estado do Paraná.

Art. 3º - O preenchimento dos cargos criados por esta lei, assim como qualquer aumento de despesa dele decorrente, ficam condicionados aos limites previstos na Lei Complementar Federal nº 101, de 05 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Federal) e à autorização específica do Colégio de Procuradores de Justiça, por maioria absoluta de seus membros.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

##### JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto propõe a criação de 96 (noventa e seis) cargos de provimento em comissão, símbolo DAS-4, de **assessor jurídico**, privativos de bacharéis em Direito, para o desempenho da função de auxiliar das Procuradorias de Justiça, Cível e Criminal, e dos Centros de Apoio Operacional da atividade funcional do Ministério Público; de 01 (um) cargo de provimento em comissão, símbolo DAS-4, privativo de **médico do trabalho** e 01 (um) cargo de provimento em comissão, símbolo DAS-4, privativo de **médico sanitaria**, para o desempenho da função, respectivamente, no Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde do Trabalhador e de Reparação do Dano Resultante de Crime e no Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde Pública; de 20 (vinte) cargos de provimento efetivo de **auditor**, no grupo ocupacional superior, para o desempenho da função de auxiliar nas Procuradorias de Justiça, Cível e Criminal, nos Centros de Apoio Operacional da atividade funcional do Ministério Público e nas Promotorias de Justiça, Cível e Criminal, nos Centros de Apoio Operacional da atividade funcional do Ministério Público e nas Promotorias de Justiça das comarcas de entrância final; de 01 (um) cargo de provimento efetivo de **engenheiro florestal** e 01 (um) cargo de provimento efetivo de **químico**, no grupo operacional superior, para o desempenho da função no Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Proteção do Meio Ambiente; de 01 (um) cargo de provimento efetivo de **engenheiro de segurança**, no grupo operacional superior, para o desempenho da função de técnico no Centro de Apoio Operacional Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde do Trabalhador e de Reparação do Dano Resultante de Crime.

A criação das Procuradorias de Justiça Cível e Criminal, prevista pelo artigo 19 da Lei Federal nº 8625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e pelo artigo 39 da Lei Complementar Estadual nº 85/99 (Lei Orgânica do Ministério Público do Paraná), foi aprovada pela Resolução nº 31, de 09 de outubro de 2001, do Colégio de Procuradores de Justiça.

Consta do artigo 44, da sobredita resolução, que os serviços auxiliares das Procuradorias de Justiça, aos quais incumbe dar o suporte necessário ao desempenho de suas atribuições, terão, ao menos, um assessor jurídico e um auxiliar administrativo.

Os Centros de Apoio Operacional da atividade funcional do Ministério Público, previstos nos artigos 8º, inciso I e 33 da Lei Federal nº 8625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e nos artigos 8º, inciso III e 74 a 76 da Lei Complementar Estadual nº 85/99 (Lei Orgânica do Ministério Público do Paraná), foram instituídos por ato do procurador-geral de Justiça a partir da vigência da lei por primeiro citada, para atuação nas áreas do patrimônio público, meio ambiente, infância e juventude, saúde pública, educação, consumidor, direitos humanos e pessoas portadoras de deficiência. São hoje em número de 14 (quatorze), constando na Lei Orçamentária para o ano de 2002 (Lei nº 13386, de 21.12.2001) como uma das metas principais do Ministério Público a criação do Centro de Apoio de Habitação e Urbanismo (DOE de 21.12.2001), pág. 50).

A pretendida criação de cargos é plenamente justificada pelo reconhecido aumento das atribuições do Ministério Público a partir da Lei Complementar Federal nº 40/81 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), da Lei Federal nº 7347/85 (Lei da Ação Civil Pública) e, ainda mais intensamente, após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Sua atuação em áreas como a proteção do patrimônio público, ao meio ambiente, à infância e juventude, à saúde pública, à educação, ao consumidor, aos direitos humanos e às pessoas portadoras de deficiência, assim como nos casos de questões fundiárias, entre outras, bem refletem o ser absolutamente necessário dotar a Instituição de recursos humanos e materiais para fazer frente às demandas sociais. Para ilustrar o quanto aqui exposto, junta-se exemplar do Plano de Metas para o biênio 2001/2002.

Além disso, recentemente foram aprovados por essa augusta Casa Legislativa, projetos de lei, de iniciativa do Poder Judiciário, sancionados pelo Exmo. Sr. Governador do Estado no dia 09 de janeiro p.p. - Lei nº 13.433, criando 88 (oitenta e oito) cargos de assessor judiciário, simbologia DAS-4, no Quadro de Servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria do Tribunal de Alçada do Paraná e Lei nº 13.434, criando 08 (oito) cargos de assessor de Desembargador, simbologia DAS-4, no Quadro de Servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça. Com a aprovação da presente proposta estar-se-á mantendo o já consagrado tratamento isonômico conferido ao Ministério Público e, ao mesmo tempo, propiciando aos procuradores de justiça e promotores de justiça substitutos em Segundo Grau a manutenção do mesmo nível de desempenho e produtividade dos órgãos judiciários perante os quais oficiam.

Lembre-se, ainda, que para o atendimento dos serviços de Assessoria em Segundo Grau, em 14 (quatorze) Centros de Apoio e nas comarcas de entrância final do interior (Cascavel, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá e Ponta Grossa) conta o Ministério Público com apenas 37 (trinta e sete) cargos de assessor jurídico no seu Quadro de Pessoal, sendo os últimos 25 - (vinte e cinco) criados

pela vigente lei do Quadro de Servidores do Ministério Público (Lei nº 11.455, de 10 de julho de 1996). Transcorrido um lustro, revela-se agora, pois, ser ainda mais pertinente o momento para que o Legislativo Estadual, sempre sensível às causas que interessam de perto à comunidade paranaense, contemple a Instituição com o instrumental necessário para melhor atendê-la, porquanto é em prol do novo que se busca o seu aperfeiçoamento.

Idêntica é a necessidade da criação dos cargos de auditor, de engenheiro de segurança, de engenheiro florestal, de químico, de médico do trabalho e de médico sanitário, para o desempenho da função nos Centros de Apoio Operacional da atividade funcional do Ministério Público, que abrange o Estado todo. Explica-se a preferência dos cargos de provimento em comissão para médico do trabalho e para médico sanitário posto que têm eles legislação especial de regência que lhes atribui carga horária reduzida, bem como o direito à cumulação de cargos. Nestas circunstância dificilmente conseguiria a Administração ver atendida designação de referido profissional, se detentor de cargo efetivo, para atender necessidade de serviço em diferentes locais do Estado.

A propósito, igual proposta de criação de cargos de engenheiro florestal, engenheiro de segurança, químico e médico do trabalho, constou do Anteprojeto da atual Lei nº 11.455/96 (Quadro dos Servidores do Ministério Público), encaminhado a essa augusta Casa de Leis em 19.09.95 (cópia anexa), desatendida, neste particular, em face da necessidade de redução do número de cargos criados para compatibilização com a então realidade orçamentária. A inclusão da proposta de criação do cargo de médico sanitário decorre da posterior instituição do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Defesa da Saúde Pública (cf. Res. nº 1.014/97 - PGJ). E os 20 (vinte) cargos de auditor se tornaram insuficiente para o atendimento do Centro de Apoio Operacional das Promotorias Criminais, do Centro de Apoio Operacional das Promotorias Cíveis, dos Centros de Apoio Operacional das Promotorias de Proteção ao Patrimônio, Cível e Criminal, do Centro de Apoio Operacional das Promotorias Defesa dos Direitos Constitucionais, das Fundações e das Entidades de Interesse Social, do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Proteção ao Meio Ambiente, do Gabinete da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, do Departamento de Recursos Humanos e das demais comarcas de entrância final (Cascavel, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá e Ponta Grossa). Com este rol evidencia-se a necessidade de, no mínimo, ser o número de auditores dobrado. Tudo isto sem se considerar a proposta de criação de inúmeras Varas pelo Anteprojeto no Código de organização e Divisão Judiciária.

Por fim, é certo que a presente criação de cargos não está prevista na Lei Orçamentária para o ano de 2002 (Lei nº 13.386, de 21.12.2000) o que, em tese, configuraria óbice ao respectivo processo legislativo, nos termos do artigo 169, parágrafo 1º, da Constituição Federal.

Todavia, o colendo Supremo Tribunal Federal, atenuando o rigor literal desta norma constitucional, assentou que “é a execução da lei que cria cargos que está condicionada às restrições previstas e não o seu processo legislativo”, acrescentando que “a falha de autorização nas leis orçamentárias torna inexecutível o cumprimento da Lei no mesmo exercício em que editada, mas não no subsequente (ADInMC nº 1.428-SC, TP, rel. Min. Maurício Corrêa, j. 01.04.96). Está é, a propósito, a razão da inclusão do artigo 3º no Anteprojeto.

## PLANO ANUAL DE ATUAÇÃO - 2001/2002

### 1. PLANO DE METAS GERAIS

#### 1.1. Diretrizes de Política Institucional

1.1.1. Ações direcionadas ao cumprimento das metas definidas em nível nacional pelo Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça.

1.1.2. Fixação de estratégias políticas, junto à Câmara dos Deputados, Senado Federal, Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça e outros foros, com o objetivo de estabelecer a eleição direta para o cargo de Procurador-Geral de Justiça.

1.1.3. Intensificação e redimensionamento das atividades do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, respeitando a matriz ideológica de compromisso social que marca a Instituição.

1.1.4. Contribuição institucional à implementação de políticas municipais objetivando a criação e capacitação de conselhos comunitários e respectivos conselheiros nas diversas áreas de atuação funcional.

1.1.5. Ajustamento de novos convênios e termos de cooperação técnica, verificando-se, ainda, a conveniência de manutenção daqueles já firmados pela Instituição.

1.1.6. Acompanhamento de toda matéria legislativa de interesse ministerial, formando-se comissões temáticas permanentes para participação nas reformas do Código Penal, Civil, de Processo Penal e de Processo Civil.

1.1.7. Acompanhamento do projeto de Emenda Constitucional que versa sobre o teto remuneratório, objetivando nela preservar o interesse institucional e sua implementação no âmbito local.

1.1.8. Adequação orçamentária e gestões políticas para a implantação de vantagens que signifiquem recomposição dos subsídios.

1.1.9. Elaboração ou adequação dos regimentos internos dos Órgãos da Administração, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 85/99, através de comissão integrada por Procuradores de Justiça.

1.1.10. Otimização das atividades dos Grupos de Estudos, estimulando-se a discussão de temas vinculados às metas institucionais, estabelecendo-se, caso necessário, calendário de atividades e fortalecendo-se o vínculo destes com os Centros de Apoio Operacional, que deverão dar atendimento diferenciado a cada Grupo.

1.1.11 Realização de Encontros estaduais gerais do Ministério Público.

1.1.12. Realização de Encontros Temáticos locais do Ministério Público.

1.1.13. Realização de concursos públicos para preenchimento de vagas de cargos de Promotor de Justiça Substituto.

1.1.14. Aprimoramento do sistema de controle interno da Instituição por intermédio de avaliações de produtividade e auditorias.

1.1.15. Implementação de uma política de comunicação social, coordenada pela Secretaria da Procuradoria-Geral e Justiça, incumbida de planejar, regular e divulgar as ações institucionais e estabelecer vínculos cada vez mais estreitos com a comunidade.

1.1.16. Propiciar que os integrantes da Instituição tenham divulgadas notícias de projetos e ações levadas a efeito nas respectivas comarcas para que, delas havendo ciência, ensejam paradigma de iniciativas análogas e se constituam em material para banco de idéias do Ministério Público.

1.1.17. Incremento e manutenção dos meios de divulgação já existentes - Cadernos do Ministério Público do Paraná, Revista Igualdade, Revista Direito e Sociedade, Informativo da Biblioteca, Teleconferências - e ampliação do espaço institucional destinado ao Ministério Público nos meios de comunicação.

1.1.18. Estímulo à realização de audiências públicas, preferentemente no curso de inquéritos civis, para o equacionamento de problemas ligados a direitos e interesses difusos e coletivos de modo geral, e também como forma de aproximação com a comunidade.

1.1.19. Prestação de contas à população mediante divulgação periódica dos atos de ações institucionais.

1.1.20. Definição de plano de metas de cada Centro de Apoio, com identificação dos problemas locais, regionais e estaduais nas correspondentes áreas de abrangência e a elaboração de estratégias para solucioná-los, priorizando ações específicas.

1.1.21. Redimensionamento da atividade de coordenação dos Centros de Apoio, bem como da Promotoria das Comunidades, tendente a possibilitar a atuação exclusiva nessas unidades racionalizando e simplificando a estrutura e os serviços prestados.

1.1.22. Celebração de acordos de intercâmbio cultural com entidades congêneres nacionais ou estrangeiras, instituições de ensino superior, nacionais ou estrangeiras e órgãos de notória qualificação que exerçam atividades afins àquela empreendidas pelo Ministério Público.

#### 1.2. Diretrizes de Política Administrativa

1.2.1. Crescimento e readequação do patrimônio imobiliário.

1.2.1.1. Providências imediatas direcionadas à implantação da sede própria na capital.

1.2.1.2. Desenvolvimento de projeto destinado a expandir o número de próprios no interior do Estado, priorizando as Comarcas nas quais as instalações destinadas ao Ministério Público apresentem-se em condições mais precárias.

1.2.2. Programa de crescimento e atualização do patrimônio mobiliário, serviços e estratégias institucionais.

1.2.2.1. Programa visando a reforma de gabinetes.

1.2.2.2. Programa de aquisição de mobiliário para equipar a sede própria da capital e desenvolvimento de projeto destinado a aparelhá-la na área de informática.

1.2.2.3. Programa de renovação da frota de veículos.

1.2.3. Atualização permanente do sistema de informática, inclusive no interior.

1.2.4. Atualização do acervo da Biblioteca Central e sua disponibilização para o interior.

1.2.5. Realização de curso de suporte em informática para os integrantes do Ministério Público, a serem ministrados por técnicos da área, servidores da Instituição.

1.2.6. Fornecimento periódico de material básico de consulta legislativa aos Promotores e Procuradores de Justiça.

1.2.7. Fornecimento de material de informação jurídica por assinatura, CD Rom e Internet a Promotores e Procuradores de Justiça.

1.2.8. Fornecimento de meios para capacitação e atuação funcional dos integrantes do Gerco- Grupo Especial de Repressão ao Crime Organizado e do Germa- Grupo Especial de Repressão ao Narcotráfico.

1.2.9. Continuidade dos trabalhos de levantamento e divulgação do nosso acervo histórico por intermédio do Memorial do Ministério Público.

1.2.10. Otimização do uso da Internet, objetivando a transmissão de notícias e informações institucionais.

#### **1.2.11. Reestruturação dos Centros de apoio**

1.2.11.1. Divulgação da estrutura disponível e dos serviços de todos os Centros de Apoio para conhecimento dos Promotores e Procuradores de Justiça.

1.2.11.2. Promoção de campanha de esclarecimento público, a cargo dos respectivos Centros de Apoio, sobre as atividades desenvolvidas pela instituição nas áreas especializadas.

1.2.11.3. Desenvolvimento de estratégia comum de trabalho nos assuntos em que há interesse de mais de um Centro de Apoio, objetivando a participação articulada e produtiva de todas as unidades, evitando-se abordagens isoladas e menos abrangentes.

1.2.11.4. Política de fortalecimento das Promotorias Especializadas particularmente as de entrância final, como pólos para desenvolvimento de projetos regionais, coordenados pelos respectivos Centros de Apoio.

1.2.11.5. Articulação com as Procuradorias de Justiça, para os fins indicados no item 1.2.11.3, particularmente nos casos de recursos ou contra-razões.

## **2. PLANO DE METAS POR ÁREAS ESPECÍFICAS**

### **2.1. Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional**

2.1.1. Promover a realização, acompanhamento e supervisão de cursos de formação, qualificação e aperfeiçoamento profissional dos membros e servidores do Ministério Público, bem como de simpósios, congressos, *workshops* e eventos congêneres, de interesse institucional.

2.1.2. Supervisionar as atividades da Biblioteca do Ministério Público, tanto no que se refere à sua estrutura administrativa quanto ao seu acervo bibliográfico e de multimeios, dinamizando as respostas às consultas e aperfeiçoando os serviços de acompanhamento de publicações.

2.1.3. Supervisionar as publicações impressas e de multimeios a cargo da instituição, sobretudo as produzidas por seu Núcleo de Comunicação Institucional.

2.1.4. Opinar sobre pedidos de bolsas de estudos e auxílios financeiros para a realização de atividades de aprimoramento cultural e funcional.

2.1.5. Propor, opinar, acompanhar e supervisionar a aceleração de convênios, acordos de cooperação técnica, financeira, cultural, profissional e científica entre o Ministério Público e outras entidades.

2.1.6. Propor, opinar, acompanhar e supervisionar a utilização, pelo Ministério Público de tecnologias de comunicação interativas, tais como Internet e os serviços de correio-eletrônico, vídeo, teleconferências e programas radiofônicos.

2.1.7. Supervisionar as ações e comunicação social, definido, em conjunto com o Gabinete do Procurador-Geral e com suporte da Assessoria de Imprensa, metas e procedimentos afetos às relações da Instituição com os órgãos da mídia.

2.1.8. Propor, opinar, supervisionar e acompanhar a realização de eventos de interesse cultural, tais como concertos, exposições de artes plásticas, espetáculos teatrais, etc. e dinamizar as atividades do Memorial do Ministério Público e supervisionar os registros fotográficos e cinematográficos dos principais eventos e solenidades promovidos ou apoiados pela Instituição.

2.1.9. Acompanhar e supervisionar as atividades de estágio curricular e dos estágios, como tal investidos na condição de órgãos auxiliares da Instituição.

2.1.9. Acompanhar e supervisionar as atividades de estágio curricular e dos estágios, como tal investidos na condição de órgãos auxiliares da Instituição.

### **2.2. Cível, Fazenda Pública, Falências e Concor-datas**

2.2.1. Reexaminar a intervenção do Ministério Público no processo civil, fixando novos parâmetros de interpretação do art. 82, do respectivo Código, e especificamente de seu inciso III (interesse público pela natureza da lide ou qualidade da parte), dimensionando uma visão social e coletiva.

2.2.2. Desenvolver encontros e reuniões com os Promotores de Justiça da Comarca de Curitiba, que atuam junto às Varas Cíveis, Varas de Família e Varas da Fazenda Pública para reestudar a atuação do Ministério Público, formular nova redivisão de serviços e a implantação das Promotorias.

### **2.3. Consumidor**

2.3.1. Coibir a comercialização de produtos de origem animal (carne, leite, ovos, etc) e seus derivados, que são impróprios ao consumo por serem de origem clandestina, ou seja, não provirem de estabelecimento devidamente inspecionado por uma das três esferas de fiscalização: serviços de inspeção federal, estadual ou municipal.

2.3.2. Combater a produção e o comércio de produtos industrializados que não possuam registro no Ministério da Saúde, o que os tornam impróprios para o consumo.

2.3.3. Verificar a qualidade e quantidade de produtos alimentícios formalmente regulares mas que, por vezes, podem apresentar vícios materiais que os tornam impróprios para o consumo ou lhes diminuam o valor.

2.3.4. Adequar às exigências técnicas os locais onde haja aglomeração de pessoas em razão de uma relação de consumo, notadamente de lazer, tais como estádios de futebol, cinemas, espaços para eventos e exposições.

2.3.5. Aferir a qualidade e quantidade, relativamente aos parâmetros legais, de serviços em geral e de serviços públicos e adotar medidas contrárias à imposição de taxas e tarifas ilegais.

2.3.6. Priorizar as questões criminais na área do consumidor.

2.3.7. Atuar no sentido de impedir a comercialização de loteamentos irregulares e clandestinos, promovendo a responsabilização administrativa, cível e criminal dos envolvidos, contando para tal, com a cooperação dos órgãos da administração pública.

2.3.10. Verificar, permanentemente, a existência de autorização legal para a distribuição gratuita (promoções de empresa, direcionadas aos seus clientes) ou onerosa de prêmios (bingo).

2.3.11. Atuar no sentido de coibir a venda de combustíveis adulterados ou através de bombas de abastecimento que registram menos combustível do que o colocado no veículo, bem como a formação de cartel, no que se refere ao preços praticados.

2.3.12. Velar, no âmbito da propaganda e publicidade de produtos e serviços, pela correta informação ao consumidor.

2.3.13. Combater a falsificação e a adulteração de medicamentos, bem como a comercialização de produtos com prazo de validade vencida, adotando, ainda, providências no sentido da adaptação de farmácias que funcionam como minimercados, de maneira a separar os

produtos farmacêuticos das outras mercadorias expostas à venda.

2.3.14. Agir, efetivamente, nas representações endereçadas ao Ministério Público, que tenham por objeto a Defesa do Consumidor.

### **2.4. Controle Externo da Atividade Policial**

2.4.1. Instituir banco de dados, mediante a criação de arquivo específico, das ocorrências que envolvam as atividades das Polícias Civil e Militar, englobando informações oriundas da Promotoria Especializada de Controle de Justiça do Interior do Estado, e bem assim dos registros de antecedentes dos integrantes das referidas corporações.

2.4.2. Incrementar o sistema de controle externo da atividade policial, não o restringindo, unicamente às inspeções ordinárias realizadas mensalmente nos órgãos policiais, mas buscando também mecanismos que permita o cotejo das prisões efetuadas pela Polícia Militar com a instauração de inquéritos policiais e/ou a lavratura de autos de prisão em flagrante, a par da divulgação de um sistema de recebimento de denúncias, via telefone ou pessoalmente.

2.4.3. Padronizar as ações de controle externo da atividade policial sempre respeitada a independência funcional do membro do Ministério Público de maneira que esse trabalho seja executado em ambiente de respeito entre instituições, evitando atritos ou qualquer forma de exposição pessoal.

### **2.5. Criança e Adolescente**

2.5.1. Contribuir na implantação e operacionalização dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e Tutelares em todos os municípios paranaenses.

2.5.2. Agilizar a apuração dos dados para averiguação da situação dos Conselhos de Direitos e Tutelares nos municípios, com a tomada, pelas Promotorias da Infância e Juventude respectivas, das medidas administrativas e judiciais que se fizerem necessárias para garantir a plena efetivação das disposições estatutárias e constitucionais acerca da matéria.

2.5.3. Propor medidas em nível administrativo ou judicial para tornar efetiva a garantia de prioridade absoluta para a área infanto-juvenil prevista na Constituição Federal.

2.5.4. Priorizar a questão da educação, implementando mecanismos para assegurar o ingresso e controlar a permanência de todas as crianças e adolescentes na escola.

2.5.5. Estimular a implantação, em nível de município ou comarca de programas destinados ao atendimento qualificado e eficaz de adolescentes incursos na prática de ato infracional em meio aberto.

2.5.6. Promover encontros regionais, objetivando avaliar as maiores dificuldades encontradas no que concerne à plena implantação do Estatuto da Criança e do

Adolescente, buscando encontrar soluções e estratégias de ação para obtenção de tal desiderato.

2.5.7. Acompanhar as atividades do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do adolescente.

2.5.8. Auxiliar no combate ao trabalho infantil e exploração do trabalho do adolescente.

2.5.9. Incentivar a implementação de programas municipais de renda mínima, bolsa-escola e assemelhados, destinados a atender as famílias das crianças e adolescentes.

2.5.10. Apoiar campanhas visando obter contribuições para os respectivos fundos Municipal e Estadual.

2.5.11. Fomentar a criação de estabelecimentos regionalizados para viabilizar o cumprimento da medida de proteção em regime de abrigo e de medidas sócio-educativas em regime de semiliberdade e internação.

2.5.12. Estimular e incentivar a realização de Conferências Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente em todos os municípios do Estado do Paraná, como preparativas das Conferências Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

2.5.13. Instituir um “Banco de Projetos” relativos a programas de atendimento a crianças e famílias, quer na parte de prevenção, proteção e também sócio-educativos em meio aberto, bem como a criação de um “Banco de Ações Cíveis Públicas” em que constem modelos dessas ações e de termos de compromisso de ajustamento, de modo a auxiliar as medidas administrativas e judiciais a serem adotadas pelos Promotores de Justiça da Infância e Juventude nas respectivas comarcas.

## **2.6. Criminal**

2.6.1 - Comparecer ao maior número possível de reuniões dos Grupos de Estudos, especialmente para divulgar as atividades do Centro de Apoio, cujas ações, via de regra, são confundidas pelos integrantes da Instituição com as da Promotoria de Investigação Criminal, Promotoria Especializada de Controle Externo da Atividade Policial e do Grupo de Combate ao Crime Organizado.

2.6.2. Manter contatos com os Grupos de Estudos, especialmente no sentido de consultá-los quanto aos temas sobre os quais desejam receber material específico ou que se prestem à realização de palestras, neste último caso, com o imprescindível concurso do CEAF e da Associação Paranaense do Ministério Público.

2.6.3. Estabelecer canal de comunicação permanente com as Polícias Civil e Militar, objetivando aferir as áreas do Estado onde haja crescimento dos índices de criminalidade e os tipos de delitos praticados, repassando as informações aos Promotores de Justiça de respectiva, a fim de que direcionem com maior eficiência as suas ações.

2.6.4. Diligenciar junto a Centro de Apoio similares de outras unidades da federação, visando obter material relevante que possa subsidiar os agentes do Ministério Público do Paraná.

2.6.5. Atuar junto a órgãos policiais e repartições públicas municipais, estaduais e federais, em atendimento às eventuais solicitações dos membros da Instituição, de maneira a viabilizar a localização de endereços de testemunhas ou acusados, e bem assim a agilização na expedição de documentos necessários à instrução processual (laudos do IML, Polícia Técnica, certidões, etc.)

2.6.6. Acompanhar, na imprensa, a divulgação de notícias e artigos jurídicos na área criminal, enviando-se o material aos agentes ministeriais, caso o conteúdo assim o recomende.

2.6.7. Estimular a realização de encontros regionais objetivando o aprimoramento das técnicas de atuação do Promotor de Justiça no tribunal do Júri.

## **2.7. Direitos e Garantias Constitucionais**

2.7.1. Promover ações institucionais para garantia dos direitos fundamentais da pessoa - individuais e coletivos - previstos na Constituição Federal.

2.7.2. Elaborar pesquisas teóricas e jurisprudenciais, preparar esboços de ações e material de apoio a serem enviados aos órgãos de execução.

2.7.3. Encetar medidas judiciais e extrajudiciais, de natureza preventiva e corretiva, diante das diversas formas em que se expressa a discriminação em nosso País, bem como oferecer orientação aos órgãos públicos, aos profissionais das áreas afins, às entidades prestadoras de serviço, aos reclamantes e a seus familiares.

2.7.4. Intervir, judicial e extrajudicialmente, na medição de conflitos fundiários urbanos e rurais, estabelecendo contatos e parcerias com órgãos públicos e entidades da sociedade civil.

2.7.5. Contribuir no processo de implementação da política de Assistência Social nos municípios e no Estado do Paraná, objetivando a efetivação do sistema descentralizado e participativo previsto na Lei Orgânica de Assistência Social e na Norma Operacional Básica, especialmente no que concerne ao financiamento e ao controle social.

2.7.6. Acompanhar e fiscalizar a política estadual e municipal de ensino fundamental, visando assegurar a correta aplicação dos recursos humanos, financeiros e materiais, em especial as verbas referentes ao FUNDEF, mediante atuação conjunta com a área do Patrimônio Público (Cível).

## **2.8. Eleitoral**

2.8.1. Atuar no firme objetivo de reprimir o abuso do poder econômico e a propaganda eleitoral irregular.

2.8.2. Estruturar a correspondente assessoria para, em período eleitoral, fornecer subsídios aos integrantes da Instituição.

## **2.9. Execução Penal e Medidas Alternativas**

2.9.1. Exigir a materialização de uma política de Estado voltada à garantia dos direitos fundamentais das pessoas custodiadas nas cadeias públicas, principalmente



no tocante à super população carcerária decorrente da falta de vagas no sistema penitenciário, com relação a criação de sistema de controle e otimização das vagas existentes e capacitação dos profissionais que atuam junto às carceragens.

2.9.2. Fomentar a atividade governamental direcionada à abertura de novas vagas, a par da disponibilização de apoio técnico aos membros da Instituição, com o escopo de possibilitar uma efetiva fiscalização quanto ao cumprimento das penas e medidas de segurança, assim como a reinserção social do egresso.

2.9.3. Estabelecer estratégias para atender às exigências da Lei nº 10.216/2001, pertinente ao modelo de atenção à saúde mental, especialmente no tocante à execução das medidas de segurança e ao tratamento dos dependentes químicos no sistema penal.

2.9.4. Incentivar a aplicação das penas e medidas alternativas, segundo os programas desenvolvidos pela equipe interdisciplinar da CAOPEPMA, propondo a criação de centrais de apoio e acompanhamento em comarcas cuja demanda na matéria assim o recomende.

2.9.5. Manter os programas de apoio técnico aos membros da instituição, com o escopo de atender às consultas de natureza executório-penal, bem como o acesso às informações dos cadastros das Varas de Execução Penal, Copel e Detran.

2.9.6. Dar continuidade ao programa de apoio e assessoria aos agentes do Ministério Público que atuam em âmbito recursal, desenvolvendo participação articulada e promovendo abordagens integradas na área específica.

2.9.7. Instituir um setor técnico para elaboração de quesitos e análise de perícias, especialmente dos exames criminológicos, de dependência toxicológica e insanidade mental.

## **2.10. Fundações**

2.10.1. Aproximar-se dos órgãos de execução de forma mais direta de molde a melhor apoiá-los no desempenho das atividades relacionadas com a fiscalização das Fundações, utilizando, para tanto, meios de comunicação mais ágeis, dentre eles, a Internet.

2.10.2. Promover o cadastramento de todas as Fundações (públicas e privadas) existentes no Paraná, através de sistema informatizado de cadastro visando um efetivo levantamento e acompanhamento de quantas e quem são essas entidades, onde estão localizadas e que tipo de trabalho desenvolvem.

2.10.3. Propor a revisão e atualização da Resolução nº 563, da Procuradoria-Geral de Justiça, que disciplina a atuação das Promotorias de Justiça das Fundações.

2.10.4. Normatizar e pradronizar os procedimentos relativos às atividades relacionadas com a análise, aprovação e cadastramento das Fundações em todas as comarcas do Estado.

2.10.5. Viabilizar uma integração com outros órgãos e instituições públicas e privadas como, por exemplo, universidades, federações, Assembléia Legislativa, Câmaras de Vereadores, Tribunal de Contas, Receitas Federal e Estadual e Centros de Apoio ou estrutura similar de outros Estados da Federação.

2.10.6. Disponibilizar material de apoio técnico às Promotorias de Justiça das Fundações de todo o Estado.

2.10.7. Estreitar o relacionamento com outros Centros de Apoio cuja atuação se identifica com a do CAO das Promotorias de Justiça das Fundações (CAO das Promotorias da Criança e do Adolescente, CAO das Promotorias de Defesa dos Direitos do Idoso e CAO das Promotorias de Proteção ao Meio Ambiente), no sentido de desenvolver ações conjuntas e intercâmbio de informações.

2.10.8. Propor a criação de comissão interdisciplinar de visita a inspeção às entidades, integrada por auditores, assistentes sociais, psicólogos e outros profissionais, de maneira a permitir um diagnóstico mais completo sobre a situação e funcionamento de cada entidade.

## **2.11. Idoso**

2.11.1. Estimular a criação dos Conselhos Municipais dos Direitos do Idoso e acompanhar os respectivos trabalhos.

2.11.2. Promover ações tendentes a dar efetividade aos direitos à saúde, assistência familiar e social, priorizando as formas alternativas ao asilamento (tendo esta como exceção).

2.11.3. Apoiar programas que visem a inserção ou reinserção do idoso no mercado de trabalho, a exclusão do preconceito, a materialização das respectivas políticas nacional, estadual e municipal e de sua integração plena na sociedade.

2.11.4. Atuar no sentido de coibir a instalação e funcionamento de asilos clandestinos, bem como de esclarecimentos que, embora contem com autorização administrativa, não cumpram os requisitos legais mínimos de atenção ao idoso.

2.11.5. Buscar, pelos meios possíveis, o aprimoramento legal, tanto no que diz respeito ao funcionamento de estabelecimentos para idosos (requisitos, critérios, fiscalização e sanções), quanto à criminalização do preconceito e à política nacional e estadual dos direitos do idoso.

## **2.12. Meio Ambiente**

2.12.1. Expandir as ações institucionais de proteção de matas ciliares e reservas legais, de repressão ao desmatamento e demais crimes ambientais, buscando a definição de planos setoriados por região.

2.12.2. Buscar o implemento e aplicação de políticas de uso do solo agrícola, racionalização no emprego de agrotóxicos e saneamento básico.

2.12.3. Estabelecer mecanismos que permitam exercer o controle sobre a fiscalização realizada pelos órgãos públicos.

2.12.4. Fornecer dados técnicos e orientar acerca de questões que envolvam o dano ambiental decorrente da implantação de indústrias poluentes, com ênfase nas do setor automobilístico.

### **2.13. Patrimônio Público - Cível**

2.13.1. Detectar o enriquecimento ilícito de agentes públicos, requisitando-se, caso haja indícios nesse sentido, informações do respectivo patrimônio aos órgãos competentes.

2.13.2. Verificar sistematicamente a regularidade na admissão de servidores públicos.

2.13.3. Atuar, em conjunto com o Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos e Garantias Constitucionais, no acompanhamento e fiscalização das atividades do FUNDEG, visando o regular funcionamento da política de educação, especialmente quanto à correta aplicação dos correspondentes recursos.

2.13.4. Velar pela observância da Lei de Responsabilidade Fiscal, providenciando certidão de condenação de administradores públicos pelo Tribunal de Contas, a fim de promover a execução de multa e adotar outras medidas eventualmente cabíveis na espécie.

2.13.5. Viabilizar a realização de convênios com órgãos públicos, visando dotar o setor de auditoria de instrumentos mais céleres na instrução de procedimentos investigatórios.

### **2.14. Patrimônio Público - Criminal**

2.14.1. Agir na prevenção e repressão dos crimes contra a Administração Pública, protegendo o patrimônio público.

2.14.2. Informatizar e integrar os dados cadastrais dos Centros de Apoio do Patrimônio Público (Cível e Criminal), de maneira a facilitar consultas e acompanhar as respectivas investigações.

2.14.3. Viabilizar um mecanismo que possibilite o acesso à cópias dos contratos sociais arquivados na Junta Comercial.

2.14.4. Maximizar o rendimento do setor de sonegação fiscal, colocando-se em prática as disposições da Norma Conjunta nº 01/2001.

### **2.15. Pessoa Portadora de Deficiência**

2.15.1. Incentivar a criação de Conselhos Municipais de Pessoas Portadoras de Deficiência e acompanhar os respectivos trabalhos.

2.15.2. Atuar no sentido de garantir o direito ao trabalho da pessoa portadora de deficiência, principalmente no tocante à sua inserção ou reinserção no mercado laboral, privado e público, intervindo, neste último caso, para o estabelecimento de critérios de admissão, fiscalizando o correto preenchimento das vagas reservadas.

2.15.3. Intentar medidas garantidoras do direito à saúde, inclusive no que pertine à concessão, pelo Poder Público, de próteses e órteses, bem assim no tocante à assistência social, habilitação, reabilitação, integração social e educação especial.

2.15.4. Viabilizar, judicial ou administrativamente, o direito à acessibilidade plena, especialmente no que diz com a remoção de barreiras arquitetônicas e de comunicação.

2.15.5. Buscar, pelos meios possíveis, o aprimoramento legal referente à criminalização do preconceito, bem como o estabelecimento de política dos direitos da pessoa portadora de deficiência, no âmbito estadual, e a regulamentação adequada acerca da acessibilidade nas esferas estadual e municipal.

### **2.16 - Saúde Pública**

2.16.1. Enfatizar a importância da intervenção do Ministério Público no sentido de dar efetividade às normas que disciplinam o Sistema Único de Saúde - SUS, promovendo as medidas necessárias visando garantir aos beneficiários o acesso aos respectivos serviços.

2.16.2. Atuar prioritariamente em áreas de planejamento familiar, transplantes, controle de infecção hospitalar, internamento psiquiátrico compulsório, controle de bancos de sangue, intervindo para propiciar efetivo acesso da população aos serviços de saúde pública e sua prestação gratuita.

2.16.3. Interagir com os Conselhos Estadual e Municipal de Saúde, Conselho Federal de Medicina, Conselho Regional de Medicina, Secretaria de Estado da Saúde, Secretaria Municipal da Saúde e Ministério da Saúde.

2.16.4. Desenvolver trabalho visando o cumprimento do Código de Saúde do Estado e dos Municípios.

2.16.5. Perquirir a responsabilidade penal, civil e administrativa decorrente da prática de infrações sanitárias.

2.16.6. Direcionar ações no sentido de que o Poder Público atenda toda a demanda de unidades de terapia intensiva dos recém-nascidos, face a insuficiência de leitos em nosso Estado.

### **2.17. Saúde do Trabalhador e Reparação do Dano Resultante de Crime**

2.17.1. Promover medidas coletivas de proteção ao meio ambiente do trabalho, visando a instauração, se necessário, de Procedimentos Investigatórios Preliminares (PIP), bem como a propositura de ações individuais de indenização pelo direito comum, através da participação no Comitê Estadual de Investigação de Óbitos e Amputações Relacionados ao Trabalho, envolvendo os Promotores de Justiça do interior e agentes da Vigilância Sanitária dos Municípios.

2.17.2. Provocar o INSS no sentido de que o órgão intente ações regressivas previstas pela Lei nº 8213/91, monitorando os autos com sentença condenatória oriun-

dos da Promotoria e fiscalizando o trâmite regular de tais ações.

2.17.3. Coibir a fabricação e a comercialização de máquinas que não atendam à normas regulamentares (Ministério do Trabalho e Código de Defesa do Consumidor) relativas à proteção da saúde do trabalhador, desenvolvendo estratégias em parceria com a Promotoria de Defesa do Consumidor.

2.17.4. Promover, em conjunto com outros órgãos que atuam na área, a elaboração, confecção e distribuição de cartilhas e folders sobre a saúde do trabalhador, apontando legislação pertinente, medidas de prevenção e acesso aos serviços oferecidos pelas Promotorias e outros setores.

2.17.5. Participar das atividades das Comissões Estaduais e Municipais de Saúde do Trabalhador, acompanhando o desenvolvimento de seus trabalhos e mantendo informados a Promotoria e Centro de Apoio, de modo a garantir efetiva atuação do Ministério Público neste espaço de controle social.

2.17.6. Incentivar e oferecer suporte técnico à criação e implementação de um programa de Prevenção de Riscos no Ambiente de Trabalho do Ministério Público na Comarca de Curitiba, tendo em vista que a Instituição tem a incumbência legal de proteger o bem jurídico "Saúde do Trabalhador" e o dever de revelar uma postura exemplar nessa seara.

## **2.18. Promotoria de Investigação Criminal (Grupo Especial de Repressão ao Crime Organizado - Gerco - Grupo Especial de Repressão ao Narcotráfico - Gerna)**

2.18.1. Instituir e regulamentar "arquivo público", a ser instalado nas dependências da Promotoria de Investigação Criminal, mediante a utilização de equipamentos de informática e outras formas de registro, com a imposição de restrição de acesso, nos moldes da lei específica.

2.18.2. Intermediar, nos procedimentos sob a responsabilidade da PIC, Gerco e Gerna, o encaminhamento e o acompanhamento de pessoas pretendentes à inserção no Programa Federal de Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas, na forma da lei nº 9.807/99.

2.18.3. Aperfeiçoar os trabalhos de investigação em parceria com os policiais militares lotados no Gerco e no Gerna realizando reuniões periódicas e buscando meios para o enfrentamento do combate à criminalidade.

2.18.4. Desencadear ações tendentes a reprimir o crime organizado e o narcotráfico, com ênfase especial para os trabalhos já iniciados nas seguintes áreas: roubo de cargas, furto e roubo de veículos (repressão aos "desmanches"), lavagens e/ou ocultação de bens auferidos por organizações criminosas e narcotráfico, tráfico de entorpecentes e crimes de grande repercussão social que exijam especial atenção nas investigações.

2.18.5. Acompanhar ou instaurar procedimentos investigatórios referentes a crimes perpetrados por poli-

ciais civis ou militares, no exercício das respectivas funções, sempre que se verificar a necessidade.

2.18.6. Redimensionar os setores administrativos da Promotoria de Investigação Criminal, tendo em vista o expressivo aumento de suas atribuições, mediante proposição de complementação de seu quadro funcional.

## **2.19. Promotoria de Justiça das Comunidades**

2.19.1. Fomentar, junto às escolas, creches e associações comunitárias, ações de conscientização sobre temas do cotidiano, tais como o combate à violência (inclusive doméstica), formas de evitar o contato com drogas, abandono infantil, situação dos filhos de pais separados, reconhecimento voluntário de paternidade, etc.

2.19.2. Estabelecer novas parcerias de trabalho com entidades de classe, órgãos públicos e instituições de ensino.

2.19.3. Instituir novas Promotorias em bairros ainda não atendidos.

2.19.4. Dar ênfase às questões referentes aos interesses difusos e coletivos.

2.19.5. Adequar o atendimento prestado nas Promotorias de Justiça das Comunidades às atribuições previstas na Resolução nº 701/95, ou, então, retificar referida Resolução, ampliando o rol de atuação.

2.19.6. Regularizar, mediante termo de cooperação com órgãos públicos, o serviço de assistência judiciária gratuita destinado ao acompanhamento das ações judiciais intentadas pela Promotoria.

Curitiba, maio de 2001.

(a) MARCO ANTONIO TEIXEIRA  
Procurador-Geral de Justiça

## **Requerimentos:**

### **REQUERIMENTO Nº 150**

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada por 5 Sessões do Projeto de Lei nº 371/99, item 01, constante da presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 20.02.2002.

(a) SERAFINA CARRILHO

### **REQUERIMENTO Nº 016**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Júlia Bortoleto Cavalin, ocorrido nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada, bem como à senhora Elinor F. Alice Moro, presidente da Associação e Oficinas de Caridade Santa Rita de Cássia.

Oficinas de Caridade Santa Rita de Cássia.  
Sala das Sessões, em 19.02.2002.  
(a) ANTONIO ANIBELLI

**JUSTIFICATIVA:**

Aos 93 anos de idade, faleceu, nesta Capital, a Sra. Júlia Bortoleto Cavalin, uma das fundadoras das Oficinas de Caridade Santa Rita de Cássia de Curitiba. Era viúva do professor José Cavalin, que por muitos anos lecionou no Curso de Engenharia da Universidade Federal do Paraná. Era tia do arcebispo de Londrina, dom Albano Cavalin.

Dona Júlia Bortoleto Cavalin pertencia a tradicional família paranaense. Era filha de Nicodemo Bortoleto e Marietta Bortoleto.

Júlia Bortoleto dedicou parte de sua existência ao atendimento às pessoas necessitadas, pois foi uma das fundadoras da Associação e Oficinas de Caridade Santa Rita de Cássia de Curitiba.

Um vácuo imenso nos invade a alma, e nossa inteligência recusa-se a acreditar no inevitável. Mas tal é a condição humana: viver, lutar e morrer. Sua família, a família que adorava, despediu-se da amiga debulhada em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranqüila, pois, saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

Descanse em paz, na certeza de que deixou em cada habitante desta terra um admirador e um amigo.

Sua lealdade, sua coragem, seu espírito humanitário são outras, dentre tantas qualidades que a acompanharam ao longo de sua existência.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Bortoleto Cavalin, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

**REQUERIMENTO Nº 083**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família Espírito Santo, em decorrência do falecimento do Sr. Helly do Espírito Santo, ocorrido no dia 01 de fevereiro de 2002.

Proprietário da primeira gráfica de Cascavel, fundou e presidiu por 25 anos a Boca Maldita, confraria que reúne os mais notórios "corneteiros" do município. Ele se notabilizou por reconciliar inimigos nos jantares anuais promovidos pela Boca.

Sala das Sessões, em 20.02.2002.  
(a) ELI GHELLERE

**REQUERIMENTO Nº 105**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família do Senhor Alfredo Canever, falecido no dia 15 de fevereiro, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 20.02.2002.  
(a) EDNO GUIMARÃES

**REQUERIMENTO Nº 106**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família do Senhor Jhonatan de Souza Santos, falecido no dia 15 de fevereiro, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 20.02.2002.  
(a) EDNO GUIMARÃES

**REQUERIMENTO Nº 107**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família do Senhor Geraldo Notario, falecido no dia 19 de fevereiro, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 20.02.2002.  
(a) EDNO GUIMARÃES

**REQUERIMENTO Nº 108**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família do Senhor Seravante Sela, falecido no dia 20 de fevereiro, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 20.02.2002.  
(a) EDNO GUIMARÃES

**REQUERIMENTO Nº 109**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família do Senhor Valdenir Lopes, falecido no dia 06 de fevereiro, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 20.02.2002.  
(a) EDNO GUIMARÃES

**REQUERIMENTO Nº 110**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família do Senhor Adailton Pereira Goulart, falecido no dia 05 de fevereiro, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 20.02.2002.  
(a) EDNO GUIMARÃES

**REQUERIMENTO Nº 112**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, sejam consignados na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento do ex-deputado estadual Ernesto Gnoato, ocorrido em data de ontem (19/02).

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 20.02.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Aos 76 anos, faleceu em data de ontem, o ex-deputado estadual Ernesto Gnoato, que era filho de Vitório Gnoato e Rosa Gnoato.

Como homem público exerceu o cargo de Prefeito Municipal de Iporã.

Foi eleito deputado estadual para a legislatura de 1975 a 1978, ocupando vários cargos eletivos nesta Casa de Leis.

Em 1975 e 1976, foi vice-presidente da Comissão de Tomada de Contas.

Em 1977, 1978 e 1979, foi eleito 2º vice-presidente da Comissão Executiva deste Poder.

O passamento do ex-deputado Ernesto Gnoato deixou lacuna difícil de ser preenchida entre seus familiares e amigos, principalmente na região de Bituruna, onde era bastante relacionado e no município de Iporã.

Sua família despediu-se do amigo em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranqüilo pois, saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a todos, endereçando-lhes votos de profundo pesar, rogando a Deus que dê o necessário conforto à família enlutada.

#### REQUERIMENTO Nº 114

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar a Antonio dos Santos Souza e família, pelo falecimento de Liette Meira dos Santos Souza.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente ao seguinte endereço: Rua Mato Grosso, 803/601-Centro-CEP 86010-180, Londrina-PR.

Sala das Sessões, em 20.02.2002.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

#### REQUERIMENTO Nº 115

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família do Dr. Emílio Gomes Fialho, pelo falecimento de sua cónjuge, a conceituada ginecologista Maria José Queiroz. Sem dúvida deixará saudades aos londrinenses.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente ao seguinte endereço: Rua Prof.

João Cândido, 398 - ap. 02 - Centro - CEP 86010-000, Londrina - PR.

Sala das Sessões, em 20.02.2002.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

#### REQUERIMENTO Nº 122

Senhor Presidente:

O deputado estadual que subscreve o presente, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a anuência do Plenário, que sejam consignados votos de pesar pelo prematuro falecimento de Dirson Andre Kunzler, popular "Tito", ocorrido no dia 16 de fevereiro de 2002, no município de Quatro Pontes, neste Estado.

Jovem empresário, ex-presidente da Associação Comercial e Industrial do mencionado município, líder nato, dedicado à classe empresarial e à comunidade, deixa no município de Quatro Pontes um sentimento de consternação e desalento, porque até a sua morte, distribuiu solidariedade, conservou como ninguém extraordinária beleza de coração e serenidade em todas as suas ações.

Sua alma sempre esteve isenta de qualquer maldade humana, causando, desta forma, sempre, admiração aos que o conheceram.

Tinha perfil de um grande e exemplar líder. Por isso, o deputado que o presente subscreve, requer ainda, que da decisão do Plenário, seja dado ciência aos seus pais: Afonso e Melânea Kunzler, à Avenida Presidente Epitácio, 411 - Quatro Pontes - Paraná - CEP 85940-000.

Sala das Sessões, em 20.02.2002.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 132

Senhor Presidente:

O deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento de Sale Wolokita, aos 68 anos de idade, ocorrido no dia 15.02.2002, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 20.02.2002.

(a) RICARDO CHAB

#### JUSTIFICATIVA:

Sale Wolokita, nascido em 20.05.34, em Curitiba, no bairro Portão, filho de Marcos Wolokita e Maria Kessel Wolokita, foi casado com a senhora Flora Gilda Wolokita, deixou 03 filhos: Jayme, Daniel e Simone.

Diretor de teatro, ator, comunicador, apresentador e administrador, foi superintendente da Fundação Teatro Guaíra, onde também foi fundador da Escola de Arte Dramática do teatro, como ator atuou em clássicos como Schweyk, na Segunda Guerra Mundial, de Bertold Brecht. Também trabalhou na Rádio Atalaia e Estadual, como Diretor, estreou na TV em 1969, onde deixou sua marca, apresentando um programa jornalístico de utilidade pública na TV Iguazu - o Jornal da Cidade, com grande audiência nos anos 70, tornando-se diretor artís-

tico da emissora e mais tarde foi coordenador de Ação Cultural da Secretaria da Cultura do Paraná. Ultimamente trabalhava como diretor de teatro. Suas peças mais recentes foram: “Meno Male” e “Uma Família quase Perfeita”.

Sale foi dedicado à sua profissão, um dos mais competentes profissionais, amigo leal, um exemplo de vida profissional onde gozava de grande respeito e carinho por todos.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abala a família de Sale Wolokita, enviando votos de profundo pesar para a senhora Flora Gilda Wolokita e filhos, à Rua Visconde do Rio Branco, nº 1799 - ap. 182 - Centro - CEP 80420-210, Curitiba - PR.

#### REQUERIMENTO Nº 133

Senhor Presidente:

O deputado Ricardo Chab que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento de Carlos Roberto Tavares, o Charles, aos 47 anos de idade, ocorrido no dia 05.02.2002, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 20.02.2002.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

Carlos Roberto Tavares, o Charles, nascido em 27.05.54, na cidade de Alto Paraná, noroeste do Estado, filho de Valdivino Tavares de Mello e Aparecida dos Santos Mello, foi casado com a senhora Leila Gazal Tavares, deixou 03 filhos: Diogo, Rodrigo e Fernanda.

Assumiu a direção da Tribuna do Paraná em junho de 1987, desde então aumentando a vendagem do referido jornal. Sua capacidade de trabalho extraordinária o levou a acumular a direção de redação de dois jornais: O Estado / Tribuna do Paraná, no período de 1990 até 1997, voltando a dedicar-se somente à Tribuna do Paraná, sua paixão, dando inclusive cara nova ao jornal.

Charles foi dedicado à sua profissão, um dos mais competentes profissionais, amigo leal, deixando como legado grandes amigos, alunos e um exemplo de vida profissional onde gozava de grande respeito e carinho por todos da imprensa.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abala a família de Carlos Roberto Tavares, o Charles, enviando votos de profundo pesar à senhora Leila Gazal Tavares e filhos, à Rua Primo Lourenço Tosin, nº 150, casa 03, Novo Mundo - CEP 81050-290, Curitiba / Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 135

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de pesar pelo falecimento da Sra.

Alice de Lima Ancheski, aos 78 anos de idade, ocorrido em 23 de janeiro do corrente, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 20.02.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 136

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de pesar pelo falecimento da Sr. Pedro Francisco, ocorrido em 28 de janeiro do corrente, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 20.02.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 33/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Provopar Municipal de São José da Boa Vista.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.02.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O Provopar de São José da Boa Vista, com sede e foro nessa cidade, fundado em 16 de julho de 2001, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, com duração indeterminada e sede na Rua Leopoldo José Barbosa, 293.

Está em regular funcionamento com suas atividades voltadas ao atendimento da criança, adolescentes e famílias carentes.

Encontra-se registrado sob o nº 5217, fls. 196, do Livro A-2, no Cartório de Pessoas Jurídicas. Foi declarado de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 541/2001, de 07/11/2001, e está registrada no Conselho Muni-

cial de Assistência Social, sob o nº 009, registrada na Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família.

De acordo com os documentos que acompanham a presente solicitação, a entidade está em condições de ser declarada de Utilidade Pública, visto que preenche os requisitos legais.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

#### PROJETO DE LEI Nº 34/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI de São José da Boa Vista.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.02.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI de São José da Boa Vista, com sede e foro nessa cidade, fundada em 31 de janeiro de 1967, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, com finalidade filantrópica, de duração indeterminada, com sede na Rua Leopoldo José Barbosa, 293.

Está em regular funcionamento com suas atividades direcionadas à proteção e assistência à maternidade e à infância em geral, velando pela saúde e bem-estar e necessidades da criança e da gestante, especialmente.

Encontra-se registrada no CNPJ 78.059.995/0001-53 e no Cartório de Pessoas Jurídicas sob o nº 2157, fls. 40V, do livro A-02, foi declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 417/93, de 09/03/1993, e está registrada no Conselho Municipal de Assistência Social, sob o nº 001, e na Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família sob o nº 0843-00.

De acordo com os documentos que acompanham a presente solicitação, a entidade está em condições de ser declarada de Utilidade Pública, visto que preenche os requisitos legais.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

#### PROJETO DE LEI 35/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o NASA - Núcleo de Ação Solidária à AIDS, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.02.2002.

(a) CHICO NOROESTE

#### JUSTIFICATIVA:

O NASA - Núcleo de Ação Solidária à AIDS, é uma instituição civil, sem fins lucrativos com a finalidade de defender os interesses coletivos ou individuais dos portadores de HIV de doentes de AIDS, para que tenham plenos direitos civis, promovendo palestras e desenvolvendo campanhas de prevenção, orientando, informando e esclarecendo a comunidade sobre a AIDS.

Com esta finalidade solicito aos nobres pares desta Casa aprovação do referido projeto de lei, que ora apresentamos.

#### PROJETO DE LEI 036/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam os municípios do Estado do Paraná, isentos do pagamento de ICMS, na aquisição de máquinas, veículos e caminhões novos.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 dias.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.02.2002.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

#### Apoioamento:

Ângelo Vanhoni.

#### JUSTIFICATIVA:

A proposição em tela, representa importante, e necessário benefício aos municípios, tendo em vista que o ICMS compõe valor significativo do preço final das máquinas e caminhões.

Os municípios, em sua grande maioria, vêm passando por duas dificuldades, tendo em vista a política de municipalização dos serviços, desacompanhada da correspondente dotação orçamentária, ficando assim com uma quantidade cada vez maior de tarefas e com a mesma quantidade de recursos.

Com a citada política, está ocorrendo sucateamento dos parques de máquinas e frotas de veículos municipais, o que acaba elevando o custo de manutenção e deteriorando a qualidade dos serviços prestados.

Dessa forma, a pretendida isenção visa aliviar a carga tributária sobre tais produtos, facilitando aos municípios a renovação de seus parques de máquinas e frota de veículos.

A pretendida isenção é também uma reivindicação dos prefeitos, cujo assunto está sendo discutido junto às Associações de Municípios, salientando-se a necessidade de renovar as frotas e parques de máquinas, municipais.

Face ao exposto, certo da sensibilidade dos nobres pares desta Casa em relação ao tema, solicitamos o apoio e posterior aprovação à proposição em tela.

PROJETO DE LEI 37/2002  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Godoy Moreira com sede no município de Godoy Moreira e foro no município de São João do Ivaí-PR.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.02.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Godoy Moreira constitui uma entidade civil, sem fins lucrativos, políticos ou religiosos.

A referida Associação vem desenvolvendo ações de relevante teor social, tais como: atividades sociais, palestras educativas sobre os mais variados temas de interesse da comunidade atendida bem como o encaminhamento e acompanhamento médico e odontológico, de gestantes e idosos, incluindo a distribuição de cestas básicas e enxovais a famílias carentes, promovendo ainda a realização de oficinas profissionalizantes para adolescentes.

Todas estas realizações promovem a melhoria da qualidade de vida da população atendida, evitando desta forma a potencialização de vários problemas sociais.

Em função dos motivos acima expostos, solicitamos aos nobres pares desta Casa de Lei, seu reconhecimento como entidade de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI 38/2002  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica revogada a Lei nº 12.355, de 08 de dezembro de 1998.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.02.2002.

(aa) CEZAR SILVESTRI

MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

A privatização da Copel não aconteceu e o Poder Executivo do Estado do Paraná desistiu oficialmente de sua realização.

Nessas condições, a Lei nº 12.355, de 8 de dezembro de 1998, que autoriza a alienação do controle acioná-

rio da Companhia, está prejudicada, cabendo por isso a sua revogação.

PROJETO DE LEI 39/2002  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os ministros de confissão religiosa e seus dependentes quando transferidos em razão de ministério, terão garantida vaga bem como matrícula nas escolas e colégios de ensino fundamental e médio, assim como em instituições estaduais de ensino superior.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.02.2002.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa dar condições de estudos aos ministros de confissões religiosas e seus dependentes quando transferidos para outras localidades em razão de serviços ministeriais. Os relevantes serviços prestados pelos religiosos no desenvolvimento da vida espiritual e no processo de humanização da sociedade bem justificam o contido neste projeto de lei por sua autêntica ação civilizadora.

De outro, é sabido que o Ministério Religioso exige uma contínua rotatividade nas mais diversas comunidades do Estado do Paraná e até do país e do exterior, que requerem uma compreensão e uma flexibilidade nas leis, sobretudo no que diz respeito à continuidade dos estudos já iniciados.

PROJETO DE LEI 40/2002  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual o Grupo de Atenção à dependência de Álcool e Drogas - GRAAD, com sede e foro na cidade de Jaguariaíva, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.02.2002.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

O Grupo de Atenção à Dependência de Álcool e Drogas - GRAAD, fundada no dia 15 de outubro de 1997 e funcionando em prédio sito à rua Moyses Lupion nº 195 da cidade de Jaguariaíva/PR, tem por objetivo desenvolver atividades de prevenção, treinamento, orientação, tratamento e recuperação, voltados à problemática do abuso do álcool e drogas. A entidade age a fim de obter a elevação de qualidade de vida, promovendo o desenvolvi-



mento global e harmônico do ser humano, formando hábitos e atitudes necessárias à vida em sociedade.

Dessa forma, esperamos o devido apoio dos nobres pares desta Casa Legislativa para a sua aprovação.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, senhor deputado Luiz Carlos Zuk.

**O SR. LUIZ CARLOS ZUK**

Senhor presidente, senhores deputados. Todos nós somos testemunhas do que esta atual Mesa Executiva procura fazer para com este Poder. Depois do falecimento do ilustre Anibal Khury, quando o deputado Nelson Justus assumia a Presidência desta Casa, juntamente com a Comissão Executiva da época, iniciou-se um período pelo qual este Poder foi se adaptando na atualidade, que era necessário.

Reciclou-se diversos departamentos desta Casa. Atualizou-se no sentido realmente de oferecer a nós, deputados, e àqueles que nos visitam e que usam das prerrogativas deste Poder, os meios pelos quais a visibilidade desta Casa, realmente, no atual presidente Hermas Brandão e na sua Mesa Executiva, tiveram continuidade daquela iniciação de Nelson Justus. Complementou-se senhores deputados, neste plenário que nós, no início deste período legislativo nos assentamos em uma indumentária nova, como também a sonorização da Casa e a apresentação a todos aqueles que nos honram com as suas visitas.

Falta, senhor presidente, senhores deputados membros da Mesa Executiva, a complementação que está sendo anseio de toda a classe funcional desta Casa. Nós sabemos, desde aqueles mais categorizados funcionários deste Poder, bem como aqueles que ocupam todas as hierarquias das funções desta Casa, da necessidade daquilo que todos nós desejamos, que é um melhoramento na sua questão salarial. Foi oferecida a oportunidade e divulgada pela imprensa o plano de cargos, carreiras e salários. Fizemos com que os anseios fossem realmente, com a presença de alguns funcionários desta Casa aqui na tribuna, fossem eles esperançosos de que no ano de 2001 isso acontecesse. Infelizmente não aconteceu! Estamos no ano 2002 e isso agora, senhor presidente, senhores parlamentares, temos, tão somente, para terminar não só na gestão desta Mesa Executiva, mas para terminar os mandatos de todos nós, os 54 senhores parlamentares, este ano que acredito e tenho a certeza absoluta que a Mesa Executiva irá cumprir os anseios que nesta Casa são exteriorizados a todos os senhores parlamentares pelos funcionários.

Quero também aproveitar a oportunidade e aqui se encontra o Altair, que é o homem responsável, que diuturnamente, através da 1ª Secretaria, procura atender não só as reformas, mas também os pedidos de todos os senhores parlamentares, e merece de nós o registro, junto

à Comissão Executiva, por isso que hoje nós realmente desfrutamos.

E espero, senhor presidente, que em uma brevidade de tempo possível, dentro das limitações que a Mesa Executiva possa ter, oferecer aos nossos funcionários, já que foi enxugada a parte funcional desta Casa com a demissão de diversos senhores funcionários; mais o programa de demissão voluntária e, ainda mais, tudo aquilo que esta Casa está fazendo valer como Poder Legislativo, pudesse também essa Mesa Executiva deixar marcada a sua passagem, como ficará nas obras aqui realizadas, na maior obra que eu acredito que é a obra realmente de fazer com que os anseios dos funcionários sejam alcançados.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Com a palavra, no Pequeno Expediente, o senhor Luiz Carlos Alborghetti.

**O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI**

Senhor presidente, senhores deputados:

Há trinta anos na televisão e há 16 anos como deputado estadual, e mais seis no meu primeiro mandato como vereador, eu venho dizendo que haveria necessidade neste País de se cometer crimes hediondos para que a sociedade levantasse e começasse a gritar pelos seus direitos constitucionais. Com a morte do prefeito Toninho do PT, de Campinas, com a morte do Celso Daniel, não me interessa quais foram ou deixam de ser os problemas, com a morte do deputado Tiago Amorim, em Cascavel, com a morte de um promotor público, em Belo Horizonte, que examinava, que perseguia a máfia do combustível, então houve necessidade de se conhecer, de se cometer crimes hediondos para que eu ouvisse na própria televisão determinados líderes da esquerda gritarem pela pena de morte, pela prisão perpétua, de se colocar a ROTA nas ruas de São Paulo, de se colocar medidas de segurança, que realmente o traficante de drogas que matam os nossos filhos e nossas filhas, o crime organizado que tem raízes em todos os setores da sociedade, enfim haveria necessidade de acontecer algumas coisas de tráfico para que a sociedade levantasse.

Ontem foi instalada em Brasília a Comissão de Segurança Nacional. Bonita a instalação. A imprensa toda dando cobertura como se realmente fosse haver uma solução de imediato, como se fossem, em um passe de mágica, todos os problemas da sociedade resolvidos agora. Há necessidade primeiro que se mate um deputado, que se mate um advogado, há necessidade de que se mate um prefeito. Há necessidade de ameaças para que se reúnam em Brasília homens, com todo o respeito, para se formar uma Comissão de Segurança Pública, que nós já temos no nosso Parlamento, todos os parlamentares estaduais, até nas câmaras municipais existe uma Comissão de Segurança Pública.

Então, vejo a incoerência, deputado Moysés Leônidas, vejo a incoerência caros deputados que estão aqui, deputados Nelson Tureck, Durval Amaral, Miltinho Pupio, uma incoerência. Quando eu falava aqui em pena de morte, era agredido do lado de lá, quando eu falava em prisão perpétua tiraram o meu programa da televisão do ar; fiquei trinta dias fora do ar, fui absolvido em Porto Alegre, deputado Durval Amaral, por maioria dos votos, quiseram tirar o meu direito de opinar, eu prefiro ser processado por opinião do que por corrupção. Eu ia à televisão e falava - bandido bom é bandido morto. Eu falava na televisão que era a favor da pena de morte para os crimes hediondos como essas duas jovens que saíram de São José dos Pinhais e que foram assassinadas na Serra da Graciosa e que já estamos chegando perto, hoje recebi informações fantásticas a respeito desse assassinato que me deixou apavorado. Ofereci ao provável assassino a oportunidade de conversar conosco para que ele não fosse linchado, enfim, quando eu ia à tribuna do meu programa de televisão em rede nacional, agora em todo o Estado do Paraná e falava - eu sou a favor da pena de morte para aquele que mata para roubar, para aquele que rasga a Constituição na face das nossas filhas, eu sou a favor, enquanto houver o traficante de drogas, vai haver o dependente de drogas - exterminando o traficante nós vamos acabar com o dependente.

Apresentei hoje na televisão uma quadrilha que roubou mais de um milhão e trezentos mil reais de semáforos na capital e vendia para desmanches - enquanto houver o receptor vai haver o ladrão - aí eles me agrediam - esse homem é louco, esse Alborghetti é louco, ele está ferindo os direitos humanos - mas hoje só se fala neste país em direitos humanos para bandidos - aí quando morreu o prefeito de Santo André, a Comissão de Direitos Humanos correu à residência do prefeito - aí falei - puxa, até que enfim esqueceram os bandidos - morreu o prefeito Toninho, mataram o promotor em Belo Horizonte, a Comissão de Direitos Humanos se preocupou, fizeram reuniões em Brasília, reuniões lá, etc, falei - puxa, está funcionando, precisa matar um bacana da elite para que a Comissão vá à residência. Quando morreram essas duas meninas que foram estupradas, estranguladas na Serra da Graciosa não foi ninguém na casa delas - porque são pobres, para quê? Vai se perder tempo? Ora!

Então, gostaria de deixar patenteado nesta Casa a incoerência deste país. Nós precisaríamos de levar de volta a Brasília nomes da estirpe do meu querido companheiro, deputado Waldir Pugliesi, olhe nos meus olhos, o senhor foi um grande parlamentar em Brasília. Às vezes o senhor sorri, às vezes o senhor duvida de mim, mas quando o senhor era parlamentar em Brasília eu gostava das suas atitudes no Parlamento, o senhor era uma voz que ecoava em Brasília, não ficava preso naquele concreto armado; V. Exa. defendia, defendia com galhardia a Constituição que V. Exa. ajudou a fazer; V. Exa. foi um dos grandes prefeitos da cidade de Arapongas, que ajudou a construir Arapongas, nós temos que levar para Bra-

sília deputados que realmente estejam interessados em fazer com que a Constituição não seja rasgada, violentada na face das nossas famílias e dos nossos filhos.

Pasmem os senhores, foi encontrada uma jovem neste final de semana em estado desesperador com uma overdose de cocaína, filha de gente acima de qualquer suspeita. Eu na hora falei: não vou comentar nada. O namorado parece que está envolvido.

Há a necessidade de alguma atitude séria e não de palhaçada não só de momento político.

O governo federal do meu País só se lembra da AIDS no Carnaval. Dá-se a nítida impressão de que a AIDS é só no Carnaval. Dá-se a impressão que só se faz sexo, nesta País, nas quatro noites de Carnaval. No restante do ano ninguém faz sexo na Nação brasileira. Todo mundo fica quietinho em casa, assistindo televisão, com dor na coluna, nas costas ninguém quer nada. Gastam-se milhões e milhões em propagandas: todo mundo pulando Carnaval; aparece a Cláudia Gimenez "Olha, a sua consciência está lhe traindo". E "bum" na cabecinha do rapaz. Aparece a consciência dele toda amarrada "Faça sexo com camisinha". Mas é só no Carnaval. Terminou o Carnaval, acabou, não existe e o Brasil está livre da AIDS. Eh, Brasil! Meu Deus do Céu! É um desrespeito ao Hino Nacional brasileiro. É um desrespeito à Bandeira brasileira. É um desrespeito à Constituição do meu País.

Estava assistindo na Rede Globo presidente - sou contra a novela das oito, porque nela se faz apologia das drogas. Acho um exagero. Depois quero voltar a esse tema. Mas ninguém tem coragem de proibir isso aí, ir lá na rede Globo proibir, porque você sabe que leva "pau", "cacete". Não estou me referindo à TV Paranaense, do meu amigo, Dr. Francisco da Cunha Pereira.

Estou falando da Rede Globo do Rio, que espero que dê uma modificada - ontem, já deu uma modificada etc. O Globo Repórter da semana da semana passada deixou-me abobalhado. Apreendi tudo sobre o café. A Rede Globo deu uma aula de jornalismo, para a Nação brasileira. Fiquei apavorado, Pessuti. Lembrei de você, que é um homem dedicado à agricultura, dos italianos plantando café. Apreendi ali, como nascia o café. Fiquei embasbacado com o jornalismo sobre o café. Aquilo me deixou apaixonado pelo café. O Brasil, hoje, é o campeão mundial na plantação do café. E não se dá importância ao café brasileiro. Gostaria de divagar muitas histórias dessa terça-feira. Ainda acredito na bandeira do Estado do Paraná, que é verde, amarela, e azul. Um dia nós vamos mudar: ou no voto ou na bala!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Próximo orador inscrito, deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, senhores deputados. Na reabertura dos nossos trabalhos tivemos aqui a presença do

governador Jaime Lerner. O Paraná que ele desenhou, parece-me que não é o Paraná que estamos vivenciando. Parece-me que nós, da Oposição e o povo do Paraná estamos vendo as coisas por determinado ângulo.

E a base de sustentação do governo e o próprio governo estão vendo um outro Paraná. Enquanto ontem aqui nesta Casa, o líder do Governo anunciava apresentação de um projeto para proibir a venda da Copel, eu me lembrava deputado Nereu Moura, do La Fontene, o homem das fábulas, e me fixei mais na fábula da raposa e das uvas, e parece que o governo fez isso.

A Copel era um maravilhoso parreiral, as uvas estavam todinhas maduras, e o governo se dirigia para colocar as mãos e sugar todas aquelas apetitosas e amadurecidas uvas, mas não conseguiu pela ação da Assembleia Legislativa, numa parte referente à Oposição, não conseguiu por causa do projeto de iniciativa popular, mesmo sendo derrotado aqui serviu para levantar todo o Paraná numa posição, houve a manifestação dos agricultores, dos industriais, dos comerciantes, enfim o governo não conseguiu colocar as mãos, e o governo fazendo a ligação, a comparação e as fábulas são contos, no caso a raposa não conseguiu ter acesso às uvas que estavam maduras, aí falou os seguinte: “Ah! Mas essas uvas estão muito verdes”, e caiu fora. E o governo que fez uma baita propaganda com o dinheiro do povo para vender a Copel, agora, nesses últimos dias com o dinheiro do povo compareceu à mídia para dizer que ele, governo, ele, Jaime Lerner, tinha tomada uma decisão: “Não vou vender mais a Copel!” - Mas que não vai vender? Não vai vender não, V. Exa. senhor governador fez de tudo na sua vida, na sua ação para vender a Copel. O braço que V. Exa, ergueu para copiar os interesses do Paraná no nosso entendimento foi o braço contido pelo povo do Paraná, entre os quais nós nos incluímos pela ação que aqui praticamos. Então, chega de mentira. Chega de mentira!

Esse Paraná que pintaram aqui, ele não existe.

Ontem o deputado Nereu Moura, em breves palavras aqui nesta tribuna, alinhou uma série de razões que levam no sentido de confirmação para aquilo que estão dizendo. Este Estado não tem mais o Banestado, da Copel não sei quanto é que resta, da Sanepar o que é que ficou, da Ferroeste nada, e dizem que tem dinheiro para fazer aplicação, mas o Estado do Paraná é um Estado forte, ele tem crescentemente a possibilidade de arrecadar mais, e tem uma capacidade e conseguir recursos porque existem no mercado mundial, 100 bilhões de dólares esperando que projetos sejam carreados para que haja a alocação desses recursos em todos os cantos do mundo.

Portanto, aquilo que está se fazendo aqui, os outros também fizeram. O deputado Pessuti fez uma breve comparação das casas que foram construídas no tempo de 7 anos do Lerner, com o tempo de 4 anos, nem tanto, 3 anos, e não sei quantos meses do Requião e se fizermos a proporção nós vamos ver que nós do tempo do Requião fizemos mais casa, do que o Lerner fez, sim.

O governador está acostumado a ter a sua disposição com o dinheiro público todos os canais de televisão, que estão aí para faturar, também; todos os jornais, para fazer a sua propaganda que é unilateral, é falaciosa e muitas vezes tremendamente mentirosa. É aquilo que o governador fez aqui nesta Casa.

Nós mesmos, com a tentativa parecendo-me correta do deputado Nereu Moura de fazer um questionamento ao Presidente da Casa, e não ao governador, nós estamos aqui para levantarmos determinadas questões.

O governador falou aqui o seguinte: “Antes de mim, nada” Só existem os 7 anos, do Governo dele. Até eu ironizei”. Antes de mim, nada” “Aprée moi le delige”. Lembrando-me Luiz XIV, o Rei Sol, da França, que dizia: “L’Etat c’est moi”. Eu sou o Rei Sol, depois de mim o dilúvio.

Ora, Jaime Lerner, candidate-se a senador, o senhor vai ver quanto é que custa não dar aumento durante 7 anos, para o funcionalismo. O senhor vai ver quanto é que vai custar o descaso com que foi tratado o povo do Paraná.

Agora, nós estamos vendo o quê? O maior rega-bofe da história do Paraná, todos os dias, em todos os jornais, em todos os lugares jantares e almoços, 30 prefeitos hoje, 40 amanhã. Se não conseguirem os recursos para a realização de obras, eu acho que alguns quilos, pelo menos ganharão. Os “pneuzinhos” crescerão, porque o que estão comendo é uma disputada pantagruélica, para ver quem é que come mais. Nesses primórdios dessa campanha que está se afigurando como uma das mais sujas que nós vamos ver na história do Paraná.

#### O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não tendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente. No Grande Expediente, deputado Ricardo Maia.

#### O SR. RICARDO MAIA

Senhor presidente, senhores deputados, amigos que nos visitam.

#### O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Deputado Ricardo Maia, antes da sua locução queremos registrar a presença do vice- presidente de Quatro Pontes, e também do presidente da Câmara e o secretário senhor Afonso. Sejam bem-vindos.

Pela ordem do deputado Neivo Beraldin.

#### O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu tenho um estudo elaborado para análise da tribuna da Assembleia e, fui à Mesa, inscrito estava no Pequeno Expediente o deputado Durval Amaral. Gostaria de consultar V. Exa. de qual critério para ocupar o Pequeno Expediente, o Grande Expediente, a Liderança. Visto que nós fomos à Mesa e o inscrito era o deputado Durval Amaral.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

O deputado Durval Amaral estava inscrito e também o deputado Ricardo Maia pediu para que o inscrevêssemos no Grande Expediente. O deputado Durval Amaral declinou a favor do deputado Ricardo Maia que estava inscrito. V. Exa. não pediu inscrição no Grande Expediente.

O SR. NEIVO BERALDIN

Sim, eu perguntei a V. Exa., inclusive o deputado Durval Amaral estava ao lado eu falei: V. Exa. permite que eu fale? Ele disse: sim.

Estava aguardando que o deputado Durval Amaral desistisse do Grande Expediente e automaticamente o próximo inscrito seria aquele que solicitasse.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Mas, V. Exa. não pediu a inscrição.

O SR. NEIVO BERALDIN

Quero fazer essa questão da ordem para que fique como reflexão. O que nós não podemos, senhor presidente, é permitir que os deputados que são aliados do Governo venham e se inscrevam para ocupar o espaço, depois acabam abrindo mão.

Daqui a pouco vamos assistir ao Plenário vazio, discursos também e nós não teremos espaço para expor o material que produzimos com esforço e trabalho.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Deputado, quando alguém declina, outro pode se inscrever no Pequeno ou no Grande Expediente.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (**Pela Ordem**)

Sem interromper o brilhante deputado Ricardo Maia, queria deixar consignado aqui na Casa que ontem faleceu em Londrina a Dra. Maria José Queiroz, a primeira médica da história de Londrina.

Com ela, está levando uma parte da história de Londrina, de uma cidade jovem e também seu esposo era médico, também já falecido. Deixa uma lacuna muito grande não só na história de Londrina, mas na história do Paraná e também pelo seu trabalho feito em prol das classes desprotegidas, dos pobres da cidade de Londrina.

Estou mandando um ofício de pêsames à família.

Quero deixar consignado aqui por que a doutora Maria José Queiroz é uma parte da história de todo o Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

No grande Expediente, concedo a palavra ao deputado Ricardo Maia.

O SR. RICARDO MAIA

Senhor presidente, senhores deputados.

Primeiramente quero dizer que o meu nome estava inscrito no Grande Expediente, logo após o do deputado Durval Amaral.

Quero dizer aos senhores deputados que, em hipótese alguma usarei esta tribuna para um discurso vazio, ou um discurso para agradar seja a base do governo ou o governo do Estado.

O que nos traz a esta tribuna neste momento tão importante como um parlamentar da cidade de Maringá, que temos a Universidade de Maringá, bem como, juntamente com a Universidade de Londrina e de Cascavel, com a paralisação dessas três grandes Universidades do Estado do Paraná, e o que nos traz a esta tribuna é que nós temos uma grande esperança, mas uma grande esperança mesmo, com esse projeto de lei que o governador encaminhou a esta Casa, que é a Lei de Autonomia Universitária.

Quero dizer aos deputados que a situação hoje da Universidade Estadual de Maringá, o exemplo mais específico, e quero trazer números que nós aprovamos aqui que foi o do Orçamento 2001 para 2002.

Para os senhores terem uma idéia, a Universidade Estadual de Maringá durante o ano, recebeu em média, do governo do Estado, o que a Prefeitura de Maringá arrecada com o acréscimo de 20% a mais. Os senhores imaginem toda a arrecadação da Prefeitura do município de Maringá, para uma população de 350 mil habitantes; a Universidade Estadual de Maringá recebe do Governo do Estado, de tributos do povo do Paraná, praticamente o que a Prefeitura de Maringá arrecada com acréscimo variável de 20 a 30%. Para os senhores observarem a importância desses recursos que repassamos para a Universidade Estadual de Maringá, bem como, para as demais Universidades do Paraná.

Não quero fazer dados comparativos de 94/2001 ou de 94 quando era outro governo ou do atual governador. Quero dizer da importância desse projeto de autonomia, porque esse recurso que será repassado pela Universidade Estadual de Maringá, bem como por todas as instituições de ensino superior, teremos a criação de dois Conselhos de suma importância. Um será o Conselho de Responsabilidade Social da Universidade. Esse Conselho terá a participação de membros da comunidade universitária, mas terá a participação da sociedade local, terá a participação da comunidade local. Isso é uma reivindicação antiga de todas as cidades onde têm as universidades e especificamente da Universidade de Maringá, a comunidade terá a participação nesse Conselho de Responsabilidade e os seus Conselheiros não terão vencimento; serão escolhidos entre pessoas de renome junto à comunidade local. E os membros desse conselho terão a grande responsabilidade social, que é o desejo da comunidade, que é o desejo dos municípios onde têm essas Universidades. Não podemos continuar, com todo respeito à Universidade Estadual de Maringá, Londrina e assim por diante, não podemos deixar do jeito que está. É uma verdadeira caixa preta. Não sabemos realmente

quando é repassado dentro da Universidade de recursos federais, recursos da CNPQ, recursos do FATI, recursos de outros serviços que as universidades prestam. Praticamente até os reitores hoje são poucos os que sabem concretamente o que ocorre dentro da Universidade, dentro da administração Universitária criou-se um complexo administrativo universitário, que chegou onde chegamos.

Vamos imaginar, em termos de dados, coisa mais importante para nós hoje, não é para o governador do Estado do Paraná, não é para o atual governador Jaime Lerner que está mandando este projeto, não é para os deputados que estão aqui, será para a eternidade do Estado do Paraná, que será a verba carimbada dos 9% da arrecadação do ICMS destinado às Universidades do Estado do Paraná.

E quero dizer aos deputados e à imprensa que está aqui, quem tem verba carimbada e destinada junto ao orçamento? São só os poderes constituídos que é o Poder de Justiça que tem um percentual definido, o Poder Legislativo que tem um percentual junto com o Tribunal de Contas. E agora, o governador do Estado e esta Casa aprovando, daremos a independência verdadeira e o recurso destinado já definido e carimbado para as universidades e faculdades do nosso Estado.

Ficamos imaginando neste ano de 2002... já teremos um acréscimo em média de 8,1 do ICMS. A Assembleia aprovando esta Lei, na vigoração já teremos um acréscimo chegando a 9%. Mas do montante orçado para 2002, que chega aproximadamente de 334 milhões a 352 milhões.

Quero dizer aos senhores deputados que em 2005 esse recurso será de aproximadamente os 9% de ICMS, terão um acréscimo de mais de 150 milhões, para os senhores terem uma idéia. Com isso teremos um acréscimo de aproximadamente 50%, já no ganho do percentual do ICMS. Com isso nós teremos o quê? Mais oferta de vagas, mais condição para as instituições de ensino superior. Agora, isso é imprescindível para nós. É importantíssimo que tenhamos o Conselho de Responsabilidade Social. Por que social? Porque temos que pegar a universidade daquela caixa preta, fechada, e levarmos até a comunidade dos municípios. Tanta coisa dá para ter a parceria da universidade, a universidade avançar fortemente com a sua comunidade. E ninguém melhor do que a comunidade local para isso.

E esse conselho não terá destinação de cargos para indicação patronal ou para indicação política, seja lá de associação comercial, sindicato de comércio, federação de indústria, federação de agricultura. O conselho será escolhido entre nomes da comunidade, definitivamente de relevantes serviços prestados a comunidade local, a comunidade regional.

Este é um sonho, senhores deputados, é um sonho que todos nós temos que já ir pensando como vamos abrir essas universidades. É difícil esse projeto? É. É problemático? É. Tínhamos, aqui, o Conselho Universitário das Universidades hoje temos Conselho com 70 membros,

temos Conselho com 44 membros. Falo a vocês, os municípios-sede das Universidades que têm uma população grande, temos as Câmaras dos Vereadores que é escolhido pela comunidade.;

Quantos vereadores tem na cidade de Londrina, com 400 e tantos mil habitantes? São 21 vereadores. Quantos vereadores nas cidades de Maringá, Cascavel? Vinte e um vereadores. Municípios de até um milhão de habitantes, têm o seu Conselho Municipal Legislativo, que é de 21 vereadores.

Como um reitor ou uma reitora, no caso de Maringá, vai administrar um Conselho Universitário que é uma verdadeira Assembléia com 70 membros participando? Com esse novo projeto, o Conselho Universitário, ou 17 ou 19 vai depender de cada instituição. Teremos ali uma capacidade de decisão mais rápida. Teremos uma capacidade de desenvolvimento de decisões mais abertas e mais importante para toda a comunidade, porque hoje é uma assembléia para marcar uma reunião de outra assembléia. E isso causando um grande prejuízo ao verdadeiro avanço das Instituições de Ensino do Estado do Paraná e as universidades que eu defendo e creio que a maioria dos senhores deputados. É indiscutível pensarmos de outra forma: que é a continuidade da universidade pública e a continuidade do ensino gratuito. Isso nunca poderemos abrir mão, pois continuamos defendendo que a Universidade será pública e gratuita. E nem passa pela cabeça do governador Jaime Lerner isso.

Mas pública para quem? Pública para a verdadeira comunidade do Estado do Paraná, comunidade essa que faz e que paga as instituições de ensino no Estado do Paraná. Então é um projeto importantíssimo do Governo do Estado.

Senhores deputados, junto com esse projeto, com essa verdadeira abertura que vamos ter das universidades de Maringá, Londrina, Cascavel, Ponta Grossa, Guarapuava - todo o Estado do Paraná, mais importante para todos nós vai ser esse Conselho de Responsabilidade Social. Porque com todo o respeito aos servidores da universidade: qual o deputado, qual o governador do Estado em ano de eleição que não quer dar 50% de reajuste, qual o deputado que não quer dar 30% de reajuste para os servidores? Agora, como vamos dar esse reajuste, se estamos no limite da Lei de Responsabilidade Fiscal?

Então, vamos caminhar para esse Conselho de Responsabilidade Social para que cada universidade tenha a sua verdadeira autonomia, cada universidade tenha autonomia na sua política de cargos e salários. Porque vemos hoje o comparativo: vamos a uma universidade - como fui, em Maringá na última sexta-feira - aí mostram um contracheque de 238 reais, de 328 reais, de 400 e poucos reais. Mas ao mesmo tempo temos o gráfico aqui, e os dados que são repassados para a universidade e vamos dividir aqui, dá uma média salarial de 2900 reais, em média. E a UEM, mais precisamente, 2778 reais. Então se vemos que a maioria dos servidores estão lá

reclamando, como no hospital universitário, que estivemos também.

Quem está ganhando? Qual a verdadeira política salarial dentro das universidades do Estado do Paraná? Vamos ter essa abertura com essa verdadeira autonomia. Vamos ter a verdadeira abertura com a criação desse Conselho de Responsabilidade Social, que é o verdadeiro papel da universidade. E volto a repetir aqui: nunca vamos deixar ou cogitar a privatização das universidades. Isso é um processo para sucatear as universidades! O verdadeiro processo do fim das universidades é continuar do jeito que está, porque fica o governo fazendo o papel de bobo de um lado, repassando uma fortuna para as universidades.

Nós, como políticos, num verdadeiro papel de estarmos espremidos: de um lado a comunidade universitária; de outro lado os alunos e os servidores cobrando de nós um posicionamento do governo, mais recursos do governo e reajuste salarial. E do outro lado não conseguimos e não temos meio de entrarmos verdadeiramente dentro das universidades para levá-las para a nossa comunidade.

Vou continuar aqui meu ponto de vista: temos aqui, senhores deputados, de suma importância para nós também, que é passar os hospitais universitários para a Secretaria de Estado da Saúde. Particular e pessoalmente, há uns dois anos venho pedindo isso ao governador - existe até um projeto na Casa, de nossa autoria, que é inconstitucional - os hospitais universitários serão repassados à Secretaria da Saúde e terá um contrato de gestão entre os hospitais que passarão a ser hospitais regionais com as universidades públicas. Vou citar aos senhores deputados, o hospital de Maringá não é um hospital universitário, se analisarmos o montante de recurso mensal que ele recebe, a ampliação que foi dada ao hospital universitário de Maringá. O de Londrina é exemplo no Sul de nosso País, o HU de Londrina, o HU de Maringá, o verdadeiro papel desses hospitais não é hospital universitário, e sim hospital regional. O HU de Maringá atende 112 municípios do Estado do Paraná, como vai ser um hospital universitário atende 112 municípios? Ele tem é que ir para a Secretaria de Estado da Saúde, que é o verdadeiro papel do hospital, trabalhar com a Secretaria da Saúde!

Aí vem a questão de internamento hospitalar, a questão do curso de medicina dessas universidades, a área de odontologia. As universidades farão um convênio para que possa ter a gestão dos cursos, seja medicina, odontologia, farmácia, bioquímica, como é feito aqui na Capital com as universidades que não têm hospital. Podemos citar aqui a PUC, que tem convênio com o Hospital Cajuru, que não é um hospital da PUC e sim é um convênio para que possam estar lá os residentes de medicina, os acadêmicos de odontologia, farmácia, bioquímica e assim por diante. Não vai mudar nada com o hospital universitário e passar a ser um hospital regional, que é onde nós precisamos que os hospitais estejam!

Porque não podemos aceitar, em Maringá, bem como em qualquer cidade do Paraná, que a greve das universidades leve à paralisação de atendimento nos nossos hospitais universitários, com uma pressão grande, quantos ficaram sem atendimento, pronto socorro? Aquele hospital não é só da universidade do Estado do Paraná! A Prefeitura de Maringá, administrada hoje pelo PT, tem uma grande parceria dentro do hospital universitário, dando condições para a funcionalidade deste hospital. E assim nos demais municípios onde têm hospitais universitários. Nós não podemos mais aceitar isso!

Tenho aqui, senhores deputados, sem paixão, sem vinculação política, sem nada de pessoal, este projeto de autonomia universitária do nosso Estado do Paraná, que o governador encaminhou a esta Casa de Leis. É um dos projetos mais importantes da história do Paraná! É um dos projetos da maior envergadura e importância, porque diz respeito ao futuro do ensino superior do Estado do Paraná! Não podemos continuar do jeito que está mais! Não há a mínima condição! E temos que ter a coragem de votar, juntamente com este projeto, o projeto do deputado Fernando Ribas Carli e também do deputado Orlando Pessuti ou de outros, que é garantir as vagas, um percentual grande aos alunos egressos de escola pública do Paraná. Porque no projeto do Governo vem a garantia de 80% das vagas para o aluno residente no Estado do Paraná. Aí vão falar que é inconstitucional, é não sei o que... Agora, nós sabemos que o ensino obrigatório, no Estado do Paraná, é o fundamental, não o superior, e o Paraná é o Estado que mais investe em ensino superior, com 9%. São Paulo está na faixa de 9.3%, só que São Paulo tem detalhe, é entre os servidores da ativa e os inativos, e os 9% do Estado do Paraná será a educação do ensino superior, simplesmente os da ativa. Vendo aí, dá um grande percentual de diferença.

Então, senhores deputados, vamos ter a coragem de aprovar esta emenda dos 80% para alunos residentes no Estado do Paraná. E o que é melhor: vamos juntar os projetos que tramitam na Casa. Tem um de autoria de 70%; tem um do deputado Fernando Ribas Carli e de outros deputados também. E vamos garantir, para o ensino superior do Estado do Paraná, o índice de 70%, que é um índice médio para o aluno egresso de escola pública de 2º grau e do ensino fundamental, aqui do Estado do Paraná. Nós daremos condições. E não é discriminatório, não. Daríamos condições àquele que precisa do ensino superior e o acesso ao ensino superior.

Concedo aparte ao deputado Cesar Silvestri.

#### **O Sr. Cesar Silvestri**

Deputado Ricardo Maia, sinceramente, não quero ser injusto com V. Exa, mas gostaria de entender seu pronunciamento. V. Exa. iniciou seu pronunciamento fazendo um comparativo no que arrecada a Prefeitura de Maringá e no que é repassado à Universidade de Maringá. No meio do pronunciamento, V. Exa. diz que as universidades recebem uma verdadeira fortuna. Logo

após, V. Exa. dizia que o salário pago aos funcionários, aos professores, não era tão baixo quanto se diz.

Gostaria de fazer um apelo a V. Exa., até porque minha universidade, a Unicentro, de Guarapuava, não está em greve e lá estão faltando recursos. Se de repente em Maringá estão sobrando recursos, se a sua universidade está recebendo muito, V. Exa. poderia falar para o Governo repassar um pouquinho para Guarapuava, que o povo de Guarapuava e da região lhe agradeceriam, com certeza.

#### O SR. RICARDO MAIA

Muito bem. Acho que V. Exa. não entendeu meu discurso.

Quero que preste atenção. A Universidade Estadual de Maringá, realmente, se nós analisarmos, é uma fortuna. Dinheiro não está sobrando em lugar nenhum, deputado. A prefeitura de Maringá, o que ela arrecada por mês, o Governo do Estado repassa para a Universidade Estadual de Maringá com percentual de 20%, em média, a menos que a Prefeitura de Maringá arrecada. O que eu quis dizer com isto? É pouco ou é muito? O que eu quero dizer é o seguinte: que nós vamos ter um conselho para que possamos abrir isto à comunidade, que é muito. Agora, como vamos repassar isso? Ou é pouco: por que é que está repassando esse valor?

Queremos que a universidade abra-se, que não continue do jeito que está. Que nós tenhamos a condição, a comunidade de Maringá, não é este parlamentar, não, é a comunidade de Maringá, que tenha assento à comunidade, que ela participe do conselho gestor e de responsabilidade, para ver como a universidade está aplicando. Porque se o prefeito, a Prefeitura de Maringá, fizer um convênio de 40 mil reais num bairro de Maringá, toda a cidade de Maringá vai ficar sabendo. E os vinte e um vereadores de Maringá, que são eleitos pelos votos, vão ficar sabendo. E também a imprensa de Maringá. O que eu quis dizer é que precisamos levar o valor do recurso até a comunidade toda da cidade de Maringá. E nada mais justo que tenhamos um conselho de fora da universidade, participando dentro da universidade. Não será, senhor deputado Cesar Silvestri e demais deputados o Conselho Universitário. O Conselho Universitário será de membros da comunidade universitária. Este é o Conselho Universitário.

Nós teremos dois conselhos: um, que é universitário e teremos o Conselho de Responsabilidade Social. Se hoje o Ministério Público está aí prestando contas a toda a comunidade, à Assembléia Legislativa, aos senhores deputados, vereadores, prefeitos, estão aí constantemente em tudo o que é lugar. E nós não temos condições de saber, verdadeiramente, o que se passa dentro das universidades.

É por isso que vejo com muito carinho este projeto de lei do Governo do Estado. Vai ser a verdadeira abertura da universidade até a sociedade. Vamos citar aqui um exemplo: o prefeito veio assinar um convênio para sua

cidade, para a construção de um barracão industrial, sem mil reais, o prefeito acompanhado dos vereadores. O Governador assina. Publica-se no Diário Oficial. Tem emenda ao orçamento. Vai para a comunidade. Todos participaram, ficam sabendo. Agora, eu pergunto, hoje, a universidade de Guarapuava ou de Cascavel, nenhuma universidade tem dinheiro sobrando, nenhuma tem, nem a de Maringá.

A nossa preocupação é com esta abertura, deputado Cesar Silvestri, que tenhamos uma participação da comunidade.

A comunidade está presente. Por que o prefeito da cidade pólo não poderá participar deste conselho de gestão social se ele administra um orçamento quase no valor do orçamento da sua cidade e ele é democraticamente eleito pelo voto de toda a população. Ele poderá ter um assento. Por que não?

E assim escolher. Em Maringá nós escolhemos o pioneiro da cidade, uma cidade linda e arborizada que é Maringá. O jardineiro de Maringá que veio para Maringá há 50 e poucos anos e deu a idéia de plantar aquela árvore na cidade. Ele foi escolhido por nós, por uma pressão de toda a cidade de Maringá, que é um renome em Maringá, Anibal da Rocha, para ser presidente dos amigos do hospital universitário da cidade de Maringá. Uma pessoa de renome na cidade e até hoje, um ano depois ele não conseguiu entender a loucura dos repasses de recursos para a universidade, e o que se passa dentro da universidade.

Como que ele vai ajudar o hospital universitário?

Como que ele vai ajudar a Universidade, se ele não tem participação nas decisões dentro da Universidade?

Então, o que vejo, isso aqui é uma verdadeira democratização do ensino superior do Estado do Paraná.

#### O Sr. Nelson Justus

Quero parabenizar o deputado pelo pronunciamento, pela sinceridade e a coerência.

O governo do Estado do Paraná, um dos governos que mais está investindo na educação, não só no ensino médio fundamental, mas também nas universidades. De 74 milhões para 352 milhões.

Fui prefeito e, como V. Exa. diz, se o prefeito, vereador, governador, deputado, temos que prestar contas para a sociedade, temos que prestar contas para o Tribunal de Contas, para a Câmara de Vereadores ou para a Assembléia Legislativa, assim é o presidente da República.

Por que as universidades não prestam contas apenas para o conselho? Nem o secretário de Estado sabe quanto é que ganha um professor para reitor da universidade ter autonomia.

Se dermos 700 milhões para a universidade, farão greve da mesma forma porque aí o reitor ficará contratando cabos eleitorais para época de eleição, e acho que é preciso colocar um basta nisso.

Não é possível gastar tanto dinheiro no 3º Grau. Um governo que nunca atrasou um dia o pagamento de

funcionários e para nós vermos isso aqui. É preciso parar de fazer política com a educação.

Fui professor durante vários anos e não concordo jamais com isso. Um Estado que paga bem, paga em dia, que tem propostas e de 74 sai para 352, portanto é um projeto que vem num momento oportuno, no qual a sociedade, o povo do Paraná está esperando por isso porque não se agüenta mais.

E outra coisas: as universidades do Paraná, no Rio Grande do Sul são seis universidades federais, é no Rio de Janeiro, São Paulo; aqui todas são estaduais, só uma federal. Agora, vejam bem, gasta-se um milhão por dia com universidade para estar em greve e ainda o seguinte: 60% dos alunos vem de São Paulo. Agora esta lei que está aí, de 80%, já que é dinheiro nosso, do povo do Paraná, tem que ser para os filhos do trabalhador do Paraná. Vai numa Universidade em Londrina: é carro importado, porque eles têm dinheiro, para fazer curso em São Paulo e vem tirar da universidade a educação de um filho de um trabalhador que ganha um salário, que não tem condições de estudar.

É muito importante este projeto do governador, vou votar a favor, estou votando a favor do povo do Paraná e as universidades têm que ter respeito à Assembleia Legislativa, ao governador e ao povo do Paraná.

#### **O Sr. Eli Ghellere**

Eu só queria completar a mesma linha de raciocínio do deputado Nelson Tureck, e dizer que estou apresentando à Mesa, um requerimento pedindo o desentranhamento do projeto de lei de 96, de autoria do então deputado Edgar Bueno.

Este projeto de lei prevê que 90% das vagas das instituições estaduais de ensino superior sejam para alunos do Paraná. Só somando ao projeto do governador e dizer que está desde 1996 tramitando nesta Casa e estamos pedindo desatrelamento. Desde já peço o voto favorável de todos os companheiros.

Muito obrigado!

#### **O SR. RICARDO MAIA**

Teremos que ter a coragem de garantirmos ao contribuinte paranaense o percentual de vagas.

Quero passar aqui uns dados importantes; muitos criticam o governo do Estado, mas de dados não podemos correr.

Hoje, no Estado do Paraná, a metade dos alunos do ensino superior estão nas universidades públicas do Paraná. Enquanto que em Estados importantes da Federação como São Paulo são 15%; Rio Grande do Sul são 18%; Rio de Janeiro são 27%. Vejam quanto estamos investindo no Estado do Paraná! Vamos usar a criatividade, o bom senso. Vou citar alguns exemplos para vocês: até a Igreja Católica publica durante o mês e discute com a sua comunidade de fiéis, o que arrecadou e o que vai ser feito nos próximos 30, 60 dias. As igrejas evangélicas a mesma coisa. Outro exemplo é a Coamo,

que não tem dinheiro público: ela faz um balanço público com todos seus cooperados, apresentando centavo por centavo o que foi aplicado e investido. Tudo bem, as universidades publicam também no Diário Oficial. Agora, a Coamo discute como ela vai investir no próximo ano. Porque é uma empresa daqueles associados.

A grande preocupação que temos que ter, é um projeto importante do Governo do Estado. O governador teve uma visão grande aqui. Vamos ter autonomia das universidades. Vai ter o recurso carimbado todo mês. Como o Tribunal de Justiça e a Assembleia têm. Só os dois Poderes que têm. Nenhum outro departamento de governo tem. E o que é mais importante para nós: a participação da comunidade na universidade. Vamos reunir a comunidade, por que não? Aí os reitores vão falar que fere a autonomia, nós já publicamos no Diário Oficial.

Isso não voga nada. O que interessa é a comunidade sentada ali dentro do conselho.

Concedo um aparte ao deputado Ribas Carli.

#### **O Sr. Ribas Carli**

Queria me somar às suas colocações no que se refere ao projeto do governo enviado a esta Casa, que faz uma reserva de vagas e também faz uma destinação de recursos, vincula recursos do ICMS para as nossas universidades.

Queria aqui lembrar que, em meados de agosto do ano passado, apresentamos um projeto, e este prevê que 50% das vagas nas instituições de ensino superior mantidas pelo governo do Estado do Paraná, serão destinadas aos alunos que cursaram todo o ensino médio em escolas públicas do Estado do Paraná.

No momento em que formos discutir o projeto de autoria do Governo do Estado, devemos fazer o apensamento de todos esses projetos que tratam da mesma matéria.

Ora, no tocante aos recursos destinados, nobre deputado Ricardo Maia, na verdade, são vultosos: 9% é um recurso vultoso do ICMS do Estado.

O Estado de São Paulo destina em torno de 9,16% do seu ICMS para o ensino superior; o Paraná vai destinar 9%; e o que é importante: o ICMS é uma receita que vem crescendo todos os anos no Estado do Paraná. Então, é uma certeza que as instituições de ensino superior terão: que seus recursos não estarão congelados; eles irão crescer, como irá crescer a receita futura do Estado. E nós já temos prova disso, haja vista, que existe um ICMS represado, que é uma poupança que o atual governo deixa para os próximos, hoje 800 milhões de reais, mais que tem um crescimento fantástico todos os anos, no momento em que outras empresas se instalam e aumentam a produção industrial em nosso Estado.

Quero crer que é um avanço sem igual para as instituições. O senhor colocou muito bem: as únicas entidades que têm recursos vinculados são o Poder Legislativo e o Judiciário. Não me refiro ao Tribunal de Contas, pois



não o considero um Poder, ele é um órgão auxiliar desta Casa, mas ele tem os seus recursos vinculados.

Agora, as universidades do Estado do Paraná terão seus recursos vinculados, quer dizer, uma verba. Esse é o sonho de qualquer Secretaria. Como todos nós, lembramos aqui e até tentamos criar fundos, vinculando receitas. Por exemplo, o deputado Geraldo Cartário apresentou um projeto que vinculava recursos para a área de transportes.

Então, quero crer que é uma vitória e mais ainda, desejo fazer um comunicado a todos os deputados e também aos membros da Comissão Especial de Investigação, da qual sou Presidente que vai investigar todas as instituições de Ensino Superior do Estado; que tem o deputado Moysés Leônidas como relator, que estaremos na segunda-feira, na cidade de Londrina marcamos com o Reitor essa visita, para que possamos fazer a solicitação de todos os documentos contábeis, para podermos fazer uma avaliação.

Na verdade, as universidades têm a sua autonomia, mas este Poder é o que fiscaliza, temos que fazer a fiscalização, e vamos proceder esses levantamentos através da Comissão Especial da Investigação.

Muito obrigado pela sua gentileza em me conceder o aparte.

#### O SR. RICARDO MAIA

Deputado Fernando Ribas Carli, o Estado de São Paulo investe 9,1% do ICMS para os servidores da ativa e os inativos; o Estado do Paraná será 9% só da ativa.

#### O Sr. Moysés Leônidas

Concede-me um aparte, deputado?

(Assentimento)

Deputado Ricardo Maia, estou atentamente ouvindo V. Exa. e acho que esse é um tema muito oportuno, principalmente porque este estado, quase que falimentar do Ensino Superior, não só no Paraná, mas no Brasil inteiro, tem caminhado para esse movimento que está atrapalhando, inclusive, a vida das comunidades, como é o caso específico da minha cidade de Londrina, com a greve de quase seis meses de duração.

Acho muito oportuna essa discussão, na medida em que a população do Paraná vai poder tomar conhecimento de determinados dados que são importantíssimos para a vida de todos nós, por exemplo: o Ensino Superior no Paraná está tomando do cofre público, da receita do Estado, um milhão de reais por dia, incluindo sábado, domingo, feriado, carnaval e tudo. Cada estudante do Ensino Superior mantido no Paraná, o Estado do Paraná paga uma mensalidade equivalente a mil reais *per capita* por aluno matriculado no ensino Superior do Paraná.

Isso, quase sempre, há uma crítica do que os governos estão fazendo, qual é a aplicação, qual é o investimento. Pois bem, só na Universidade Estadual de Londrina são dez milhões de reais por mês que entra do dinheiro do caixa do Governo como investimento na

cidade. O hospital universitário de Londrina mais de todo Norte do Paraná, do Sul de São Paulo, sul do Mato Grosso, tem gente até do Tocantins que vem submeter-se a cirurgia lá no HU em Londrina, consome 37 milhões de reais por ano, do Governo do Estado, que não é esse governo do Lerner que está aí, qualquer outro governo que estivesse, estaria gastando essa importância, sem contar o que o SUS investe também lá no HU.

Então, acho que esse dado é muito importante, porque quando se fala da gratuidade do ensino, você faz uma pesquisa, até o pobre, aquele que não pode, que nunca entra em uma universidade, ele não quer que deixe de ser gratuito. Porque ele tem a esperança de um dia conquistar.

Mas, o que está acontecendo, por exemplo, especificamente na UEL, que não é o patamar desejável do ensino, na classificação mundial, mas consta como uma das melhores universidades que temos no Brasil, dentre elas está em 3º lugar, quase que num todo, ela atrai os estudantes da maioria absoluta de outros Estados. Como acontece, por exemplo, no Estado de São Paulo, os estudantes de São Paulo têm na preferência, em 1º lugar a USP, porque a USP é a USP; em 2º lugar a UNICAMP em Campinas e em 3º lugar prefere a Universidade Estadual de Londrina.

Ora, cada aluno do Estado de São Paulo que chega até a cidade de Londrina, vai estudar, fica em média cinco anos. Ele permanece em Londrina, gastando para comer e para dormir, R\$300,00 por mês e o Estado investe nele R\$1000,00.

Termina os cinco anos, ele junta o diploma, vai embora do Paraná e aí poderia, os menos avisados, entender o seguinte: Mas isso não é um discurso democrático, para um deputado fazer.

Realmente, não é! Agora, o que precisamos é discutir essa questão com os paranaenses, porque o Estado do Paraná, que hoje desponta como 4º na Federação, tem no seu Estado, apenas a Universidade Federal do Paraná, casualmente é a primeira universidade do Brasil, enquanto o Rio Grande do Sul tem seis, o Rio de Janeiro tem doze, Minas Gerais tem dezesseis universidades federais.

Então, acho que também chegou a hora da união, se quiser manter e usufruir do Paraná, esse gostinho de que aqui nós temos e praticamos um ensino superior de alto nível, nós que consignamos então a federalização de pelo menos três universidades nossas, que é a de Londrina, a de Maringá e pela ordem a terceira maior, que é a de Ponta Grossa.

Porque do jeito que está ficamos trabalhando dentro da marca da hipocrisia, porque a maioria absoluta dos estudantes que entram, por exemplo, na UEL, são oriundos de classe média, média-alta, porque eles estudam em escolas particulares, fazem todos os cursos de línguas, de matemática, de tudo, para prestar o vestibular, daí o filho do pobre na hora que vai competir, acaba perdendo, realmente e acaba entrando o de classe média.

Também não sou contra, nem o rico, nem o estudante de classe média que estude no ensino superior. Se ele vai de carro importado e o professor vai de ônibus, é um problema do “leão do Imposto de Renda”, não é um problema nosso.

Agora, que a comunidade paranaense precisa saber quanto se gasta, acho que isso é importante e estou na mesma linha de raciocínio de V. Exa.: acho que temos que manter esse nível de ensino superior no Paraná, mas devemos também mostrar aos paranaenses o que é investido no ensino superior.

Parabéns!

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, solicito de V. Exa. chamada nominal.

O SR. RICARDO MAIA

Só para concluir, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

O seu tempo já está expirado.

O SR. RICARDO MAIA

Obrigado senhor presidente, senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Solicito ao 1º Secretário a chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, pela ordem!

(**Assentimento**).

Senhor presidente, queria recomendar à Mesa, para que colocasse o relógio que estava lá em cima, para que os senhores deputados possam acompanhar, visto que o Grande Expediente de hoje foi mais de uma hora.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não foi uma hora, foi 35 minutos.

O SR. NEIVO BERALDIN

Então, o seu relógio anda mais devagar que o nosso. Agora, estamos aqui assistindo, ficaria uma coisa mais transparente para que todos os deputados pudessem acompanhar a Sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Deputado Neivo, quero informar a V. Exa que fomos informados no início da Sessão, que na abertura dos trabalhos, naquela Sessão, deu um problema no controle do som, e estão correndo toda a nossa Capital, para ver se conseguem resolver o impasse. Acho que até a semana que vem o problema estará solucionado, conforme a orientação da nossa assessoria e da equipe técnica.

O SR. NEIVO BERALDIN

Certo, senhor presidente! É compreensível, evidentemente, que os aparelhos são ultramodernos, mas há engenheiro de som que pode fazer um projeto, chegar e executar aquele projeto sem erro.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

E é isso que está sendo feito, deputado Neivo Beraldin.

É visível, deputado Waldyr Pugliesi, que temos mais de dezoito deputados presentes, mas atendo ao vosso pedido e faremos a chamada nominal.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Estou preocupado com as votações.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Ah, não! Mas nós ainda temos o Horário das Lideranças, deputado Waldyr Pugliesi e dezoito deputados estão presentes.

Encerrado o Horário do grande Expediente.

Passamos ao Horário da Lideranças: PL, PSC, PFL, PPS, PDT, PT, PPB.

(**Declinam.**)

PMDB. Com a palavra o deputado Caíto Quintana.

Antes, porém, deputado Caíto, queremos registrar a presença do prefeito de Iracema do Oeste, Lorival Bernardino; prefeito de Boa Vista da Aparecida, José Carlos, bem como o seu secretário Valdecir; prefeito de Cafelândia, Romano e a primeira dama, dona Cecília; de Brasi-lândia do Sul, o prefeito Djalma Borges dos Santos; e o presidente da Câmara de Maripá, Euclides Croit (*sic*).

Sejam todos bem-vindos à nossa Sessão!

Com a palavra, no Horário das Lideranças, o deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente e senhores parlamentares.

Vou usar do Horário da Liderança do PMDB no dia de hoje, apenas e tão somente, senhor presidente, para resgatar um episódio ocorrido aqui na Casa quando da abertura dos trabalhos desta legislatura, na segunda-feira passada.

Temos, no princípio democrático, senhor presidente e senhores parlamentares, três Poderes distintos, independentes entre si.

Vamos analisar o Executivo e o Legislativo! Como o Executivo cumpre determinações orçamentárias do Poder Legislativo, a nossa constituição prevê que na abertura dos trabalhos, deputado Neivo, este Poder que é independente, o Poder Legislativo, concede a Sessão inaugural do Poder para que o chefe do Poder Executivo venha até esta Casa para dizer aos parlamentares o seguinte: “Olha, do Orçamento que vocês, do legislativo aprovaram para o Executivo, eu fiz isso, isso, isso, isso e isso. E do Orçamento que foi aprovado em dezembro do

ano passado para este ano de 2002, eu pretendo fazer isso, isso, isso e isso”.

É para isso que existe! É para isso que existe a vinda do chefe do Poder Executivo no Poder Legislativo!

E diz aqui: “As atribuições: compete privativamente ao governador”: O que significa? Não pode vir o chefe da Casa Civil, não pode vir o secretário, não pode vir ninguém!

Tem que ser ele, é privativo dele. No inciso X: “remeter mensagem e plano de governo à Assembléia Legislativa por ocasião da abertura da Sessão Legislativa, expondo a situação do Estado”. Por que diz isso? Exatamente aquilo que eu disse antes. Ele vai dizer para a Assembléia Legislativa: vocês aprovaram um orçamento e eu pretendo, deste orçamento, executar essa, essa, essa e essa mensagem.

O que fez o Governador? Indelicadamente, valendo-se de ser uma Sessão Especial, compareceu à mesa estabelecendo um Plano Comparativo e um Plano Comparativo Unilateral, sem um debate, sem uma contestação, sem a possibilidade de dizer: não, isso não é verdade, agindo com deselegância para com a Oposição que estava aqui. Mas chamo a atenção: agindo com deselegância, inclusive ao seu próprio candidato ao governo Beto Richa, que estava sentado a Mesa e o seu pai foi governador! E foi enquadrado dentro do mesmo discurso, na tentativa de estabelecer o que fez nos seus sete anos, na sua forma de ver, e criou o incidente com o deputado Nereu Moura que, legitimamente, não poderia sob pena da Oposição pagar o vale de não respeitar o Regimento Interno e dar como verdadeiras as colocações que estavam aqui, pelo menos demonstrar a nossa indignação contra o ato que estava acontecendo, porque a Assembléia, a Sessão, não é para isso, ela não existe para que o governo venha tecer críticas ou comparativas com governos passados ou não, porque para fazer isso os bons costumes mandam que se faça em um debate.

Quando eu digo: eu sou melhor que o outro, eu tenho que permitir a esse outro que se defenda e diga que não é verdade. Por exemplo, eu vi o deputado Waldyr Pugliesi, aqui, na tribuna questionando e contestando a questão da construção de casas. Eu também faço. Não é verdadeira a colocação da construção de casas, até porque os governos anteriores construíram casas com recursos do Tesouro estabelecendo um teto máximo de 20% do salário mínimo na prestação. O atual governo tem construído casas com recursos de empréstimos, estabelecendo critérios de correção da Caixa Econômica Federal. E isso tem em muitas e muitas cidades do Paraná, do interior, uma classe de comparativos, onde aqueles que construíram residências neste governo não conseguem pagar a prestação, enquanto que aqueles que construíram em governos anteriores estão pagando hoje uma média de 20,22 reais a prestação.

Então, acho que vir a esta Casa tem que permitir, ou então cumpre o que diz o Regimento, apenas diz o que

pretende fazer ou estabelece o comparativo, mas autoriza o contraditório, que nós possamos dizer aqui, por exemplo, que tudo bem. O Estado está sanado? Está.

Um Estado que devia um bilhão e trezentos e deve dezessete bilhões, hoje, está sanado onde?! Um Estado que está pagando trinta milhões por mês durante trinta anos só para o empréstimo que fez no saneamento do Banestado, está sanado onde? Um Estado que tem contrato do primeiro governo e não cumpriu até agora, como pode ficar forçando, deturpando o processo democrático e político, exigindo de prefeitos eleitos pelo voto popular, exigindo deles a mudança de partido, estabelecendo uma vez mais a mordida política na sensação de que com isso seja suficiente para poder manetear um prefeito e poder receber aquilo que lhe é de direito?

Para com isso! Estamos abertos a qualquer diálogo com a Situação, em cima de números e de dados, onde se permita o aparte e o contraditório. E Deus permita que o governo compareça aqui na Assembléia, por seus secretários ou ele mesmo, quando quiser e em um clima de respeito, tratando por V. Exa., vamos colocar os números verdadeiros, porque o Paraná não pode mais ficar nessa enganação que está passando.

### O Sr. Neivo Beraldin

Agradeço o aparte.

Fico feliz em ver V. Exa. subir à tribuna com esse vigor que inspira emoção verdadeira sobre algo que o angustia. E naturalmente nós temos que fazer um *mea culpa* nesse processo, sobretudo quando constatamos que nós não aprovamos as contas, nós aprovamos o orçamento para o governo e não aprovamos as contas do governo. Na seqüência ficam esquecidas as contas, aqui, e a Assembléia Legislativa não cumpre a sua função quando não aprova ou rejeita as contas, aceita um parecer técnico dos conselheiros, não político dos conselheiros do Tribunal de Contas, e onde os técnicos apontam todas as irregularidades administrativas, visto que só no ano 2000 o governo estornou empenhos já pagos ou empenhados 180 milhões de reais para encontro de caixa. Eu gostaria de saber do Líder do Governo quando é que a Assembléia Legislativa do Paraná autorizou para que ele investisse em capital na Banestado 3 bilhões e seiscentos milhões de reais.

Olhem bem, o governo integralizou 3 bilhões e seiscentos milhões de reais para vender o Banco por 1 bilhão e seiscentos milhões de reais.

Então, ontem, pedi para o Líder do Governo a conta que o Estado movimenta, o dinheiro que vem do FUNDEF, que é na ordem de seiscentos milhões/ano, que é dinheiro para investimento no ensino fundamental. Segundo os documentos dos técnicos do Tribunal de Contas, ele não tem conta específica, o dinheiro vem pela conta 009 do Banco do Brasil, que acaba no Banco Caixa único, conta 00, do governo do Estado. O fundo de saúde o governo previu 332 milhões para o fundo de saúde, ele investiu na atividade 1,8%.

Então, senhores deputados, a população nos elege para que fiscalizemos o governo, para fazer leis também, então, acho que este momento é um momento de reflexão, é inédito na história do Paraná, nós temos 140 anos de história e a dívida de um bilhão e quatrocentos, como diz V. Exa., “pulou” oito vezes e meia, dívida consolidada fora a dívida flutuante, fora os precatórios empenhados e aceitos pelo governo e fora a degradação moral do nosso Estado, sobretudo na área política.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Agradeço seu aparte. Só para concluir, senhor presidente. Deputado Neivo, V. Exa. tem, inclusive, a obrigação da continuidade desta avaliação porque no ano passado assisti e ouvi pelo menos dois meses consecutivos V. Exa. vir a esta tribuna e detalhar Secretaria por Secretaria, verba por verba a situação econômica do Paraná e não vi nenhuma vez um aparte da Base de Apoio do Governo contestando os dados de V. Exa. No entanto, agora, me parece que alguém está faltando com a verdade ou os seus números estão errados ou os números que o governo trouxe aqui são altamente enganosos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

PFL, PSDB, PTB, Liderança do Governo; Liderança da Oposição.

(Declinaram)

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Quero registrar com muita satisfação e alegria a presença aqui, na tribuna de honra, do empresário, meu grande amigo, Zé Izídio, morador da cidade de Santana do Itararé, acompanhando seu filho, jovem, uma grande esperança, vereador e presidente da Câmara daquele município, o Gilmar Izídio.

Então, quero deixar registrado nos Anais da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Devidamente registrado e sejam bem-vindos.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 0104, subscrito pelo senhor procurador-geral da Justiça, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei visando a incorporação do montante atualmente percebido pelos servidores efetivos do Quadro do Ministério Público, a título de gratificação pela prestação de serviço em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, ao respectivo vencimento básico. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 0105, subscrito pelo senhor procurador-geral da Justiça, constante do expediente, encaminhando

anteprojeto de lei visando a criação de dois cargos de Procurador de Justiça Substituto em Segundo Grau. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 0106, subscrito pelo senhor procurador-geral de Justiça, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei visando a criação, no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná (Lei nº 11.455/96) dos cargos de provimento em comissão e dos cargos em provimento efetivo que especifica. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei, de autoria dos senhores deputados Cezar Silvestri e Marcos Isfer, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria da senhora deputada Luciana Rafagnin, com apoio do senhor deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do senhor deputado Chico Noroeste, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do senhor deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do senhor deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

### ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 371/99, de autoria do deputado Ricardo Maia, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a permutar área de terras com respectivas moradias, com a Prefeitura Municipal de Sarandi e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA COPTC E COM PARECER CONTRÁRIO DA CCJ. (Publ no DA n 082/99, de 29/06/99).

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 371/99

#### P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Ricardo Maia, tem por finalidade autorizar o Governo do Estado do Paraná a permutar área de terras

com respectivas moradias, com a Prefeitura Municipal de Sarandi e dá outras providências.

Projetos análogos em trâmite, bem como aqueles que já tramitaram nesta Casa de Leis, todos sem exceção, constam os terrenos a serem permutados, bem como cópia da matrícula para que se comprove a propriedade dos imóveis.

Ademais, neste projeto o autor não especifica qual o terreno a ser permutado por parte da Prefeitura Municipal de Sarandi.

Chamada esta Relatoria a se pronunciar sobre a legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nosso parecer é contrário a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 04.12.2001.  
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI Nº 371/99

P A R E C E R :

O projeto de lei em tela, de autoria do deputado Ricardo Maia, autoriza o Poder Executivo Estadual a permutar área de terras com respectivas moradias, com a Prefeitura Municipal de Sarandi e dá outras providências.

A referida permuta é de interesse do município de Sarandi, o qual pretende desenvolver na área melhorias para a população que habita aquela região da cidade.

Face ao exposto, tendo em vista que a proposição em epígrafe atende aos interesses maiores da população daquele município e objetivos da administração municipal, o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 12.12.2001.  
(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
ÂNGELO VANHONI - Relator

A SRA. SERAFINA CARRILHO (**Pela Ordem**)

Eu pediria ao deputado Ricardo Maia que retirasse esse projeto. A CCJ deu parecer contrário devido não ter área e nem o local do terreno nesse projeto.

Então, conversando agora com o prefeito de Sarandi, ele pediu que retirasse o projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Na ausência do deputado Ricardo Maia, V. Exa. encaminhe um requerimento e solicite a retirada.

A SRA. SERAFINA CARRILHO

Vamos encaminhar para sua retirada por cinco (05) Sessões.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 150, de autoria da senhora deputada Serafina Carrilho, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado. (Fica portanto, adi-**

**ada a discussão por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei nº 371/99).**

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Chamada nominal, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Solicito ao 1º secretário, que proceda a chamada nominal, dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Luiz Carlos Zuk**)  
(**Procede à chamada nominal**)

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Vinte e oito (28) senhores deputados responderam à chamada. Há quórum para deliberar.

**ITEM 02**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 164/2201, de autoria do deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a estrada municipal que liga o município de Rolândia ao município de Pitangueiras. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. (**Publ no DA nº 053/2001, de 08/05/2001**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 164/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 164/2001, autoria do deputado Durval Amaral, autoriza o Poder Executivo a estadualizar a Estrada Municipal que liga o município de Rolândia ao município de Pitangueiras.

A citada estrada tem vocação estadual na medida em que serve de via escoadora da safra agrícola dos referidos municípios e da própria região.

Com base no parecer da Coordenadoria de Assessoramento Técnico Legislativo, em anexo, esta Comissão é de parecer favorável à proposição.

Sala das Comissões, em 04.11.2001.  
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ADEMAR TRAINO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI Nº 164/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 164/2001, de autoria do deputado Durval Amaral, autoriza o Poder Executivo a estadualizar a estrada municipal que liga o município de Rolândia ao município de Pitangueiras.

Trata-se de matéria autorizatória e que implica em custos para o erário público.

Contudo, é também meritória, haja vista a questão do escoamento de produção naquele trecho de rodovia.

Isto posto emitimos nosso parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 164/2001.

Sala das Comissões, em 12.12.2001.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

Em votação.

Os senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. ALGACI TULIO

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Vai-se proceder a verificação de votação.

Os senhores deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se.

Vinte e um (21) senhores deputados aprovam.

Os deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, não tem vinte e oito parlamentares em plenário. Nada contra o projeto. Apenas que não há quórum para a votação.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não há quórum para deliberação, apenas para a continuidade da Sessão.

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 016 e 112, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 083, de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 105 a 110, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 114 e 115, de autoria do senhor deputado Moysés Leônidas, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 122, de autoria do senhor deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 132 e 133, de autoria do senhor deputado Ricardo Chab, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 135 e 136, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nestas condições declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 21 às dez horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

##### EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 164/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 575, 468, 502, 647, 649, 657 e 659/2001.

Levanta-se a Sessão.